



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FERNANDA GONÇALVES SILVA

O ENSINO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÁS:
história de uma instituição de Ensino Superior (1963-1990)

UBERLÂNDIA – MG
2023

FERNANDA GONÇALVES SILVA

O ENSINO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÁS:

história de uma instituição de Ensino Superior (1963-1990)

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de doutora em Educação.

Orientador: Dr. Armindo Quillici Neto.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação.

**UBERLÂNDIA – MG
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S586e
2023
- Silva, Fernanda Gonçalves, 1987-
O ensino superior de educação física em Goiás [recurso eletrônico] :
história de uma instituição de Ensino Superior (1963-1990) / Fernanda
Gonçalves Silva. - 2023.
- Orientador: Armindo Quillici Neto.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.7060>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.
1. Educação. I. Quillici Neto, Armindo, 1962-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

Glória Aparecida
Bibliotecária Documentalista - CRB-6/2047



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 36/2023/379, PPGED				
Data:	Trinta de agosto de dois mil e vinte e três	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	11913EDU018				
Nome do Discente:	FERNANDA GONÇALVES SILVA				
Título do Trabalho:	"O ENSINO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÁS: história de uma instituição de Ensino Superior (1963-1990)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"A INFLUÊNCIA DA FORMAÇÃO SUPERIOR NAS PRÁTICAS DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª à 4ª séries): uma análise sobre a prática da sala de aula dos professores da Educação Básica formados em Pedagogia ou Normal Superior"				

Reuniu-se, através da Plataforma Microsoft Teams, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Manoel Messias de Oliveira - UFCAT; Sônia Aparecida Siquelli - USF; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU; Sônia Maria dos Santos - UFU e Armindo Quillici Neto - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Armindo Quillici Neto, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Armino Quillici Neto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/08/2023, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Aparecida Siquelli, Usuário Externo**, em 03/09/2023, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/09/2023, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria dos Santos, Usuário Externo**, em 08/09/2023, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Messias de Oliveira, Usuário Externo**, em 11/09/2023, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4778122** e o código CRC **CFA05473**.

Dedico este trabalho:

À memória do meu amado filho João Pedro;

Em memória dos meus avós Maria, Floriano e Romilda;

À minha mãe Jussara;

Ao meu parceiro de vida Flávio.

AGRADECIMENTOS

Certo dia cheguei na casa da minha avó Romilda e ela estava conversando com sua prima que a visitava. A prima contando os feitos acadêmicos de seus netos e quando eu cheguei, minha avó foi logo dizendo para essa prima que eu além da graduação, tinha feito mestrado e doutorado. Pela minha criação jamais corrigiria minha avó na frente de outras pessoas e quando a prima foi embora eu disse para a vovó que tinha apenas graduação e especialização. Ela me disse assim: “Então trate de fazer porque não posso passar por mentirosa!”.

Agradeço à minha avó Romilda por esse incentivo e aos meus avós Maria e Floriano que sempre me incentivaram aos estudos e acreditavam na educação como transformadora da sociedade! Se eles estivessem aqui, estariam sentados nas primeiras cadeiras para agradecer, junto comigo, a oportunidade de estar recebendo esse título em uma universidade pública, de qualidade e com compromisso com a educação para todos!

Agradeço minha querida mamãe, que é minha professora preferida! Desde criança queria ser professora igual a ela! Muito obrigada mamãe, por tudo que fez e faz por mim, por segurar na minha mão! Essa conquista é sua, pois nada teria sem você!

Agradeço ao meu marido Flavio pelo companheirismo, pelo incentivo, por compreender minhas ausências, minhas frustrações, por me ajudar a passar pelos obstáculos que encontrei pelo caminho!

Aos meus companheiros de turma, Ana Lúcia, Alexandro, Bruno, Rafael e Thayenn agradeço muito por poder compartilhar essa jornada com vocês! Enfrentamos frustrações, preocupações, conquistas e sempre um ajudando o outro! Que nossos caminhos sempre se cruzem nas estradas da vida! Gratidão pela amizade que levarei eternamente e sucesso a todos vocês!

Agradeço a toda minha família e amigos, em especial a Renata e a Blenda que me deram a mão quando em vários momentos senti que não conseguiria. Gratidão!

Ao meu querido orientador Armindo agradeço a paciência, o carinho, a determinação, a acolhida e principalmente a compreensão e apoio que precisei nessa jornada a fim de concluir nossa pesquisa! Muito obrigada, professor, por contribuir com a pesquisa e com a minha formação!

Agradeço aos membros da banca pelas contribuições que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa e por fazerem parte desse momento de conquista!

Motivo [Cecília Meireles]

Eu canto porque o instante existe
e a minha vida está completa.

Não sou alegre nem sou triste:
sou poeta.

Irmão das coisas fugidias,
não sinto gozo nem tormento.

Atravesso noites e dias
no vento.

Se desmorono ou se edifico,
se permaneço ou me desfaço,
— não sei, não sei. Não sei se fico
ou passo.

Sei que canto. E a canção é tudo.

Tem sangue eterno a asa ritmada.

E um dia sei que estarei mudo:

— mais nada.

RESUMO

O presente trabalho está inserido na linha de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e tem como objetivo investigar a história do ensino superior de Educação Física em Goiás de 1963 a 1990 dentro da Escola Superior de Educação Física de Goiás - ESEFEGO, seu pioneirismo e seu exclusivismo de quase três décadas sendo a única instituição pública de ensino superior de Goiás em Educação Física. Foi necessário compreender o ensino superior no Brasil, para apresentar e analisar o ensino da Educação Física em Goiás. Como metodologia foi realizada uma pesquisa documental usamos a teoria do filósofo francês Paul Ricoeur (2007) sobre a memória escrita que auxiliou no objetivo de explicar a consolidação da ESEFFEGO através de meio de documentos e registros. Além disso, para compreender historicamente o ensino superior no Brasil, bem como o surgimento das universidades e as políticas públicas que permearam as mudanças e transformações da educação no Brasil foram usados autores como Cunha (2007) e Sampaio (1991). Para apresentar a história do ensino superior em Goiás e a instituição ESEFFEGO como a pioneira na educação superior de Educação Física em Goiás, sendo a única formadora desde sua criação em 1963 até 1990 utilizamos Silva (2008), Silva e Ferreira (2015), Adorno (2008) e Cordeiro (2019). Como objetivo principal este trabalho mostrou o pioneirismo e o exclusivismo da ESEFFEGO, e como objetivos secundários foram apresentadas as regras que regiam o curso de educação física dentro do recorte temporal, além de educação militarista e da educação higienista que eram exercidas na época. O presente estudo está situado no campo da historiografia da Educação mapeando achados da área da Educação Física, escolhemos a história cultural como aporte teórico, possibilitando assim cruzar fontes. Além disso, a tese deste texto consistiu em análise da relevância da ESEFFEGO na consolidação da Educação Física como ensino superior apresentou como conclusão apresentou-se a importância da existência dessa instituição que proporcionou a possibilidade de, atualmente, termos várias universidades e faculdades que oferecem este curso no estado.

Palavras-chave: Ensino superior. Educação Física. ESEFEGO. ESEFFEGO.

ABSTRACT

The present work is inserted in the line of History and Historiography of Education of the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia and aims to investigate the history of higher education in Physical Education in Goiás from 1963 to 1990 within the Escola Superior de Physical Education of Goiás - ESEFEGO, its pioneering spirit and exclusivism of almost three decades as the only public higher education institution in Goiás in Physical Education. It was necessary to understand higher education in Brazil, to present and analyze the teaching of Physical Education in Goiás. As a methodology, documentary research was carried out using the theory of the French philosopher Paul Ricoeur (2007) about written memory, which helped in the objective of explaining the consolidation of ESEFFEGO through documents and records. Furthermore, to historically understand higher education in Brazil, as well as the emergence of universities and the public policies that permeated the changes and transformations of education in Brazil, authors such as Cunha (2007) and Sampaio (1991) were used. To present the history of higher education in Goiás and the institution ESEFFEGO as the pioneer in higher education in Physical Education in Goiás, being the only trainer since its creation in 1963 until 1990, we use Silva (2008), Silva and Ferreira (2015), Adorno (2008) and Cordeiro (2019). As the main objective, this work showed the pioneering spirit and exclusivity of ESEFFEGO, and as secondary objectives, the rules that governed the physical education course within the time frame were presented, in addition to militaristic education and hygienist education that were carried out at the time. The present study is located in the field of Education historiography, mapping findings from the area of Physical Education. We chose cultural history as a theoretical contribution, thus making it possible to cross-reference sources. Furthermore, the thesis of this text consisted of analyzing the relevance of ESEFFEGO in the consolidation of Physical Education as higher education, presenting as a conclusion the importance of the existence of this institution, which provided the possibility of, currently, having several universities and colleges that offer this course in the state.

Keywords: University Education. Physical Education. ESEFEGO. ESEFFEGO.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descritores utilizados para a revisão sistêmica nas bases.....	18
Tabela 2 – Seleção das publicações que passaram pelo critério de extração.....	22
Tabela 3 – O crescimento das universidades de 1900 a 2015.....	36
Tabela 4 – Dados do estado de Goiás.....	47
Tabela 5 – Grade horária do curso em 1963.....	61
Tabela 6 – Diferença em carga horária disciplinar do masculino e do feminino em 1963.....	62
Tabela 7 – Tendências Pedagógicas da Educação Física e a sua relação com a saúde.....	68
Tabela 8 – Grade de conteúdo programático de Higiene Aplicada em 1963.....	69
Tabela 9 – Programas de Educação Física da ESEFEGO – grade de 1986/93.....	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As fases da Educação Física no Brasil.....	67
--	-----------

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1 – Praça de Anápolis na década de 80.....	54
Imagem 2 – Goiânia sendo ampliada na década de 60 com espaço já destinado a ESEFFEGO.....	59
Imagem 3 – Prédio da ESEFFEGO na década de 60.....	59
Imagem 4 – Prédio antigo da ESEFFEGO em Goiânia, foto de 2012.....	60
Imagem 5 – Alunas em práticas do curso de EF na década de 1960, separadas para homens e mulheres.....	63
Imagem 6 – Time de vôlei feminino da década de 1970, disciplina com maior carga horária para mulheres do que para homens.....	63
Imagem 7 – Aulas de remo na década de 1970, exclusiva para homens.....	64
Imagem 8 – Aulas masculinas da década de 70.....	66
Imagem 9 – Aulas de remo, exclusivamente masculinas, da década de 60.....	73
Imagem 10 – Capa de um livro de Registro de Notas da ESEFFEGO.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O ENSINO SUPERIOR NO SÉCULO XX	25
1.1 O surgimento das Universidades no mundo e no Brasil.....	25
1.3 O ensino superior na era Vargas.....	39
1.4 A elaboração da LDB 4.024/61	41
1.5 Reforma Universitária 5540/68 e a educação no Estado Militar	42
1.6 Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Graus	44
CAPÍTULO II - ENSINO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÁS: ESEFEGO, A HISTÓRIA DE SUAS TRÊS DÉCADAS INICIAIS E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	47
2.1 História do ensino superior em Goiás	48
2.2 ESEFEGO: primeira instituição – e única por quase três décadas – de ensino superior de Educação Física em Goiás.....	53
CAPÍTULO III - A IMPORTÂNCIA DA ESEFEGO E SEU PIONEIRISMO EM GOIÁS	58
3.1 ESEFEGO: coleta e análise de dados no Ensino Superior de Educação Física em Goiás.....	60
3.2 Educação Física Higienista e suas consequências ao longo dos anos.....	66
3.3 A memória dos documentos analisados sob a ótica de Paul Ricoeur	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76

REFERÊNCIAS.....	79
ANEXOS – MODELO DE PLANO DE CURSO DE 1974	84

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema o pioneirismo da ESEFFEGO no ensino superior de Educação Física em Goiás de 1963 a 1990. Essa temática surgiu na minha caminhada pelo mestrado, cuja pesquisa buscou compreender a história do curso de Educação Física da UFG – então Regional Catalão, atual Universidade Federal de Catalão – UFCAT, a perspectiva de seus egressos a partir de 1990, que foi a data de criação do curso até 2019, ano do trabalho final apresentado. No caminho percorrido no Mestrado em Educação, percebemos, através da história do curso de Educação Física da UFG – atual UFCAT que ainda havia narrativas acerca do curso superior a serem evidenciadas e pesquisadas. Ainda era latente a vontade de compreender os avanços da Educação Física como curso superior em Goiás e a lacuna entre a fundação da primeira instituição de ensino superior do curso e as demais instituições e, ainda entender o movimento que a Educação Física fazia perante as transformações políticas e sociais do estado de Goiás, visto que, quase três décadas separam a criação do primeiro curso para os demais.

Na dissertação compreendemos as heranças político-pedagógicas que o curso da cidade de Catalão herdou da primeira instituição e, por isso, a necessidade de entender mais sobre a Escola Superior de Educação Física de Goiás¹; que, posteriormente, se tornou Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás², que não será assim denominada neste trabalho visto que nosso recorte temporal se encerra em 1990 e o curso de Fisioterapia foi incluído em 1999 na Instituição, portanto, fora do nosso recorte; o porquê ela foi a única por quase três décadas no estado de Goiás, além de suas contribuições para a formação dos profissionais de Educação Física no estado de Goiás.

O que aconteceu nessa lacuna de quase três décadas de exclusividade da ESEFFEGO? Lembrando que dentro deste recorte temporal – 1963 a 1990 o país passou pela Ditadura Civil Militar – de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985 – que influenciou o curso de Educação Física. Por isso, mostramos neste texto que as práticas educacionais do curso superior vão além daquelas atreladas aos ideais militares, característica que esteve presente constantemente no processo de construção de sua identidade. Nessa trajetória, a formação superior que o curso proporcionava veio se modificando.

Para esta discussão tomamos como ponto de partida o ensino superior e sua expansão no país, que será exposto no primeiro capítulo. Refletir sobre o ensino superior

¹ Doravante podendo ser citada apenas como ESEFFEGO.

² Doravante podendo ser citada apenas como ESEFFEGO.

no Brasil é entender também o processo econômico, político e social ao longo da história, pois as universidades apresentam um papel na sociedade atrelado às demandas do país.

Tendo em vista as influências que o ensino superior teve a partir de sua criação e as transformações ocorridas ao longo da história, a Educação Física no Brasil não foi diferente. Foi marcada por grande influência da Europa principalmente nos séculos XVIII e XIX, devido ao contexto da nova organização dos países europeus buscando a moralização e a higienização, dando uma função de controle da ordem para a educação física (CHAGAS, 2010). Essa concepção da Educação Física nomeada de higienista permeou, por muito tempo na Europa e no Brasil, na qual o exercício físico “estava comprometido com a ordem e a moral burguesa, e traduzia-se como sinônimo de saúde física e mental [...]” (CHAGAS, 2010, p. 39-40).

A partir dessas influências, as práticas corporais no Brasil tiveram como primeiros difusores os imigrantes, que vindo de países, como, principalmente, Alemanha, Suécia, França e Inglaterra, “acabaram se constituindo como um dos primeiros professores de Educação Física no Brasil” (PIRES, 2007, p. 33). Em 1851 com reforma de Couto Ferraz, a ginástica passou a ser obrigatória nas instituições de ensino a partir do Decreto de Lei nº 630, surgindo assim à necessidade de formar professores habilitados para tais práticas, (PIRES, 2007).

As primeiras escolas civis de ensino superior em Educação Física no Brasil foram criadas em 1939, sendo a Escola de Educação Física do Estado de São Paulo e a Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, que possibilitaram a formação superior em Educação Física (TRINDADE, 2007). Essas primeiras escolas civis tinham por finalidade “à formação de dois profissionais distintos, quais sejam: instrutor de ginástica e o professor de Educação Física” (PIRES, 2007, p. 38). Sobre os cursos de Educação Física no Brasil, Trindade (2007) mostra que:

Os primeiros cursos de Educação Física no Brasil foram normatizados pelo Decreto-lei n.º 1.212/39, de 17 de abril de 1939, com uma proposta de formação profissional tecnicista. O Parecer do Conselho Federal de Educação - CFE n.º 894/69, de 2 de dezembro de 1969, que resultou na Resolução 69/69, possibilitou uma formação mais pedagógica para a área. Fixava os mínimos de conteúdo e duração a serem seguidos na estruturação dos cursos de Educação Física (currículo mínimo de 1800 horas). Uma outra diretriz para os cursos de formação advém da Resolução n.º 03/87, de 16 de junho de 1987, que fixou o mínimo de duração e conteúdo dos cursos de Graduação em Educação Física (currículo mínimo de 2880 horas), criando o Bacharelado, além de regulamentar também a Licenciatura plena. (TRINDADE, 2007, p. 55).

Essas modificações dos cursos estavam ligadas às demandas sociais e profissionais da época, o que garantiu uma ampliação dos cursos superiores em Educação Física, e conseqüentemente, quanto à melhoria e adequação das bases

curriculares e “vale dizer que este foi o primeiro modelo curricular de formação de profissionais de Educação Física a ser seguido nacionalmente” (PIRES, 2007, p. 41).

No estado de Goiás, as primeiras práticas corporais em instituições escolares, foram no ano de 1912, no Lyceu de Goyaz, que oferecia instrução militar aos alunos, o que fez com que, a partir de iniciativas do governo federal, houvesse a expansão das práticas militares nas escolas brasileiras (DIAS, 2014). Em decorrência da expansão e interiorização dos cursos superiores e a necessidade de formar profissionais que atuassem na área, foi criada em 1963 a Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás, que foi pioneira na formação superior em Goiás (LUIZ, 2014). Esta busca da Educação Física, em mostrar que suas práticas vão além daquelas atreladas aos ideais militares, esteve constante no processo de construção de sua identidade. Nessa trajetória, a formação superior que o curso proporcionava veio se modificando. Ainda para Luiz (2014):

De 1963 até 1989 com a formação promovida exclusivamente pela ESEFEGO, consolidou-se a atuação de professores de Educação Física nas escolas do estado de Goiás. A partir de 1989 a Universidade Federal de Goiás (UFG) inicia o Curso de Educação Física com vistas a formar professores que passem a atuar nas demais cidades do estado, objetivo que foi alcançado a partir da criação do mesmo curso no campus Catalão e Jataí, nos anos de 1990 e 1992, respectivamente (LUIZ, 2014, p. 03).

No final da década de 1990 foram criados outros cursos com outros perfis em atuação profissional, como o curso de licenciatura e bacharelado em Rio Verde, em 1997, vinculado na área da saúde. Desse modo, os cursos de bacharelado do estado a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão tinham por objetivo a formação profissional na área da saúde (LUIZ, 2014).

De início, nossas preocupações foram na direção de pensar e questionar sobre a expansão do ensino superior no Brasil, por isso, essa pesquisa objetiva entender o que ocorreu nas três décadas em que o curso de Educação Física existia apenas no ESEFEGO e como a Educação Física se consolidou como curso superior em Goiás para que fosse possível, enfim, expandi-la? Os objetivos que apontaram a construção de nossos ideais foram aqueles que apontam para a consolidação do ensino superior em Goiás e também suas especificidades: compreender a história da Educação no Brasil no século XX; contextualizar o curso superior de Educação Física no Brasil e em Goiás; apresentar a instituição ESEFFEGO como primeira instituição de ensino superior em Educação Física em Goiás, e detentora desse curso por quase 30 anos; e identificar como se deu a consolidação da Educação Física como curso superior em Goiás de 1963 a 1990. Na construção desta proposta de pesquisa foi realizada uma busca por obras

que se aproximassem da temática na BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e obras de teóricos da história e historiografia da educação.

Tabela 1 – Descritores utilizados para a revisão sistêmica nas bases.

BASE DE PESQUISA “História da Educação”; “ESEFFEGO”	IMPORTADOS	EXCLUÍDOS OU DUPLICADOS	INCLUÍDOS
Google Acadêmico	208	186	22
Scielo	122	109	13
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	64	60	4

Fonte: própria autora (2023).

Para contextualizar a expansão e interiorização do ensino superior, foco do nosso primeiro capítulo, encontramos as obras de Luiz Antônio Cunha (2007a, 2007b), dentre elas “A Universidade Crítica: ensino superior na república populista” e “A Universidade Reformada: o golpe de 1964 a modernização do ensino superior”, que trazem toda a trajetória e reconstrução do ensino superior no Brasil e os agentes envolvidos nesse processo. Encontramos ainda a tese de doutorado “A expansão da educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo do estadual” de Aguinaldo José da Silva (2008), que trata das políticas públicas para o ensino superior especificamente na criação e expansão da UEG – Universidade Estadual de Goiás. Juarez Bortolanza (2017) em seu artigo “Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade”, discorre sobre origem da universidade na Europa até sua implantação no Brasil. Liliane Barros de Almeida (2013) em sua dissertação “A gênese do ensino superior e o sentido da formação”, questiona a educação superior nos dias de hoje, a partir das origens do pensamento educativo e da formação humana.

Como autores da teoria da História e historiografia educação, temos as obras de Saviani (2013, 2015), dentre elas a “História do tempo e Tempo da história: estudos de historiografia e história da educação”, onde o homem, a partir do processo histórico, produz sua própria natureza, contribuindo assim nas pesquisas em ciências humanas e

“A história das ideias pedagógicas no Brasil”, que traz a contextualização da educação no país, analisando o fenômeno educativo.

Sobre o curso de Educação Física no Brasil e em Goiás, as obras de Dias (2014a, 2014b) mostram como se configura o início da educação física no estado. Encontramos ainda a dissertação de mestrado “ESEFFEGO: imagens do pioneirismo da educação física em Goiânia” de Nascimento (2009), que discutem a concepção de corpo dos egressos do curso de Educação Física e contextualiza a criação da ESEFFEGO – Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás; Em sua tese de doutorado “A educação Física e sua constituição histórica: desvelando ocultamentos”, Ventura (2010) investiga a constituição do campo do conhecimento da educação física; Pires (2007) traz como temática em sua tese a história da educação física e formação profissional Trindade (2007) apresenta a formação do curso de educação física na visão dos docentes e discentes em sua tese de doutorado; na dissertação de Chagas (2010) a temática discutida é a construção da formação inicial e a identidade do profissional de educação física e, por fim, Figueiredo (2016) afirma que:

A hipótese da longevidade ou da “estabilidade” da disciplina HEF ainda permanece como questão a ser mais bem investigada a partir da sua presença nos cursos de Educação Física nas décadas subsequentes. Até o final da década de 1950, HEF ainda não podia ser considerada uma disciplina estável somente por sua presença constante nos currículos dos cursos de formação. A incipiência de sua formação e de seus saberes revela serem necessárias outras relações e pesquisas dentro de um novo conjunto documental que a demarque internamente na universidade brasileira dentro de outros marcos políticos. É preciso, assim, continuar produzindo novas indagações no lugar de pesquisadora, estando mais atenta às contradições e incoerências que surgem nas representações nacionais e que normalmente são elaboradas por representações regionais e locais acerca da experiência cotidiana da formação de professores. Daí a importância na compreensão particular dos cursos, da trajetória e da produção de cada professor na docência da disciplina HEF também nos anos subsequentes que culminaram para essas instituições com o Golpe Militar de 1964 e a Reforma Universitária de 1968. A reforma, entre outras funções, rompeu com o sistema de cátedras, fortaleceu na universidade o princípio da autoridade da disciplina, a departamentalização, a ampliação de vagas, a implementação do vestibular unificado e a criação de cursos de curta duração com ênfase nos aspectos técnicos e administrativos. (FIGUEIREDO, 2016, p. 222).

O intuito é de trazer outra perspectiva sobre a Educação Física em Goiás, a sua consolidação e exclusividade por quase três décadas como curso superior através das teorias de Paul Ricoeur sobre memória. Dessa forma, a partir dessas memórias, buscaremos compreender como ocorreu esse processo, pois “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40). As memórias conseguem garantir uma continuidade temporal, que pode ir ao futuro ou voltar ao passado através

do chamado “presente vivo” (RICOEUR, 2007). Essas memórias também estão presentes nas fontes escritas, que juntamente com a memória dos colaboradores da pesquisa, darão um sentido singular para a história. Ainda para o autor:

Se a historiografia é inicialmente memória arquivada e se todas as operações cognitivas ulteriores recolhidas pela epistemologia do conhecimento histórico procedem desse primeiro gesto de arquivamento, a mutação historiadora do espaço e do tempo pode ser tida como a condição formal de possibilidade do gesto de arquivamento (RICOEUR, 2007, p. 156).

A narrativa tanto das fontes quanto dos sujeitos contribui para a historiografia, pois “reconstituir os laços indiretos da história com a narrativa é finalmente trazer à luz a intencionalidade do pensamento histórico pela qual a história continua a visar obliquamente ao campo da ação humana e à sua temporalidade de base” (RICOEUR, 1994, p. 134). A teoria de Ricoeur (2007) visa à materialização da memória pela escrita através da fase documental, da explicação/compressão e da reconstrução do passado pela escrita.

Os arquivos documentais também são memórias que, quando o historiador entra em contato com os arquivos, estes falam e tornam verdadeiras as hipóteses formuladas no processo historiográfico (RICOEUR, 2007). O uso da fenomenologia da memória como abordagem teórico-metodológica, estético-filosófica e como categoria de análise e apreensão de sua intermediação com a história nos permite fazer uma leitura da representatividade da memória pela narrativa, que neste caso, tomamos tanto as fontes documentais quanto as narrativas como memórias a fim de analisar o curso superior de educação física em Goiás.

Do ponto de vista metodológico e para organização da pesquisa, utilizaremos as contribuições de Prost (2017) para a organização, elaboração e seleção dos documentos e narrativas, além da construção do tempo pela história e memória e instrumentos para a compreensão da história e o papel do historiador. Para o autor,

A história é uma prática tanto social, quanto científica; além disso, a história, que é o produto do trabalho dos historiadores, assim como a teoria da história que lhes serve de orientação, depende da posição ocupada por eles nesse duplo conjunto, social e profissional (PROST, 2017, p. 50).

Este trabalho, conforme já dito anteriormente, tem um recorte temporal de 1963 a 1990 que se justifica com a criação do primeiro curso superior de educação física em Goiás em 1963 na ESEFEGO que foi pioneira no estado e permaneceu isolada até 1990 com a criação do curso de educação física na Universidade Federal de Goiás e a ampliação para outras cidades do estado. Além disso é preciso problematizar como a

influência militar chegou às aulas de educação física, já que nosso recorte temporário inclui inteiramente o período da Ditadura Militar No Brasil. A ideia de Educação Física militarista perpassa pela afirmativa de Soares *et al* (1992) em que “as aulas de Educação Física nas escolas eram ministradas por instrutores físicos do exército, que traziam para essas instituições os rígidos métodos militares da disciplina e da hierarquia” (p. 53). Desse modo, a relevância em se pensar as tensões historiográficas acerca da Educação Física militarista significa relativizar a própria identidade da área e seus possíveis reflexos teórico-práticos na sociedade contemporânea.

A introdução da educação física de forma sistemática no Brasil esteve intimamente relacionada à experiência francesa nessa área, tendo os militares brasileiros desempenhado um papel semelhante ao dos militares na França. [...] Podemos considerar a proposta de se estender a educação física de inspiração militar a todas as escolas civis, presente no anteprojeto de lei de 1929, do ministro da Guerra, como o ponto de partida para o uso da educação física pelos militares como instrumento de intervenção na realidade educacional e social do país. [...] Com a educação física consolidada no interior da própria instituição, o Exército, durante toda a década de 1930, estenderia sua influência sobre todo o “corpo da Nação” através do controle da educação física. Com o Estado Novo, o domínio militar sobre a área da educação física atingiu seu ápice. A Constituição promulgada em 10/11/1937, tornou obrigatórios, pela primeira vez na história constitucional do país, os exercícios físicos em todos os estabelecimentos de ensino (artigos 131 e 132). O “adestramento físico” era mencionado como forma de preparar a juventude para “o cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação”. No período que vai do início do Estado Novo até a entrada do Brasil ao lado dos países aliados na Segunda Guerra Mundial, o caráter bélico e autoritário da educação física promovida pelos militares tornou-se muito acentuado. [...] A hegemonia militar na área de educação física durante o Estado Novo foi inquestionável. Grande parte dos professores eram militares; outros, civis formados pelos militares, na Escola de Educação Física do Exército ou em cursos especiais ministrados em diversos estados. (CASTRO, 1997, p.12-14-15-17, grifos do autor).

Sobre a delimitação cronológica Prost (2017) afirma que ela é a “definição da evolução que se pretende explicar e, portanto, da questão a que se deve responder” (PROST, 2017, p.218). Para esta pesquisa foi utilizado os arquivos internos da ESEFFEGO a fim de problematizar as memórias do processo de consolidação da educação física como curso superior. Ainda para Prost, “não há questão sem documento”, por isso as fontes devem ser questionadas além da problemática inicial de uma pesquisa, o que permite a construção dos fatos históricos e a biografia histórica (PROST, 2017, p. 76).

No segundo capítulo fizemos um levantamento do desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil durante o século XX, sua história, legislação, as questões políticas, bem como as tendências filosóficas que sustentaram tal desenvolvimento. No terceiro capítulo apresentamos um estudo sobre a história do Ensino Superior em Goiás e a história da história da Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás, além da

análise do significado e importância da ESEFEGO em Goiás buscamos compreender a importância da ESEFEGO em Goiás, bem como seu papel, tanto na formação do profissional de Educação Física quanto na formação do perfil ao longo do recorte temporal e sua consolidação como curso superior no estado. Os documentos que tivemos acesso para a pesquisa foram: as atas de reunião, histórico escolar, regimento interno e plano de curso das disciplinas. Por fim, tratamos das considerações finais para apresentar o fechamento deste trabalho, levando em consideração que é preciso entender a exclusividade da ESEFEGO de trinta anos sem expansão. Ainda neste capítulo três apresentamos todos e dados das análises desses documentos que foram colhidos em pesquisa de campo a ESEFFEGO Para além disso, é preciso apresentar que a escolha dos títulos trabalhados surgiu através de palavras-chave pesquisadas para selecionar autores e anos das obras que se adequariam neste trabalho, expostos em tabela abaixo:

Tabela 2 – Seleção das publicações que passaram pelo critério de extração.

Temas base/palavras-chave	Autores, títulos e ano
<i>Identificar como se deu a consolidação da Educação Física como curso superior em Goiás de 1963 a 1990</i>	Paul Ricoeur (1994, 2007).
<i>Contextualizar a expansão e interiorização do ensino superior</i>	Luiz Antônio Cunha (2007a, 2007b) “A Universidade Crítica: ensino superior na república populista” e “A Universidade Reformada: o golpe de 1964 a modernização do ensino superior”.
<i>Contextualizar a expansão e interiorização do ensino superior</i>	Liliane Barros de Almeida (2013) “A gênese do ensino superior e o sentido da formação”
<i>Contextualizar a expansão e interiorização do ensino superior</i>	“A expansão da educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo do estadual” de Aguinaldo José da Silva (2008)

<i>Contextualizar a expansão e interiorização do ensino superior</i>	Juarez Bortolanza (2017) em seu artigo “Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade.
<i>Teoria da História e historiografia educação</i>	Dermeval Saviani (2013), “História do tempo e Tempo da história: estudos de historiografia e história da educação”, e “A história das ideias pedagógicas no Brasil” (2015).
<i>Curso de Educação Física no Brasil e em Goiás</i>	Cléber Dias (2014) Momentos iniciais da educação física em Goiás (1917-1929).
<i>Curso de Educação Física no Brasil e em Goiás</i>	“ESEFFEGO: imagens do pioneirismo da educação física em Goiânia” de Fabiana Alzira Ramos do Nascimento (2009)
<i>Curso de Educação Física no Brasil e em Goiás</i>	“A educação Física e sua constituição histórica: desvelando ocultamentos”, Paulo Roberto Veloso Ventura (2010)
<i>Curso de Educação Física no Brasil e em Goiás</i>	Roberto Gondin Pires (2007) traz como temática em sua tese a história da educação física e formação profissional em “História da Educação Física na Bahia: percurso da formação profissional”
<i>Curso de Educação Física no Brasil e em Goiás</i>	Patrícia Mano Trindade (2007) apresenta a formação do curso de educação física na visão dos docentes e discentes em sua tese de doutorado “O curso de Educação Física: a questão da formação acadêmica na visão dos docentes e discentes.”
<i>Curso de Educação Física no Brasil e em Goiás</i>	Regiane de Ávila Chagas (2010) a temática discutida é a construção da formação inicial e a identidade do profissional de educação física, “Formação inicial e construção da identidade profissional do professor: um

	estudo do curso de licenciatura em Educação Física da UFG”
<i>Curso de Educação Física no Brasil e em Goiás</i>	Priscilla Kelly Figueiredo (2016), “A história da educação física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958)”

Fonte: Criação da autora (2023).

Por fim, é preciso destacar os desafios enfrentados ao longo dessa pesquisa como o acesso aos documentos e a pandemia do covid-19. No decorrer do ano de 2019 (ano de ingresso no doutorado), entramos em contato com a instituição ESEFFEGO para organizar a coleta de dados para a pesquisa, porém houve uma demora na resposta da instituição aos e-mails enviados e contatos por telefone. Além disso, a instituição estava passando por mudanças no setor administrativo e na sede física do curso de Educação Física, o que limitou o contato e o acesso aos documentos. Com a pandemia, a instituição fechou e o contato foi reestabelecido apenas em janeiro de 2022, onde fomos em Goiânia coletar alguns documentos que possibilitaram a qualificação, mas eram insuficientes para o desenvolvimento final da pesquisa. No dia 24 de agosto de 2022, recebi da instituição via e-mail vários documentos, como diários do curso, planos gerais das disciplinas e planos de curso, sendo possível dar sequência na análise parcial dos documentos recebidos, pois o tempo até o momento da defesa seria pouco. Porém, apesar das dificuldades apresentadas este trabalho conseguiu apresentar os detalhes do pioneirismo da ESEFFEGO no curso de Educação Física e sua formação de profissionais no estado de Goiás.

CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O ENSINO SUPERIOR NO SÉCULO XX

A educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz e, portanto, deve ser acessível a todos no decorrer da vida (UNESCO, 2016).

Neste capítulo buscamos abordar o contexto histórico das primeiras décadas do século XX, considerando as questões econômicas, políticas e sociais que tiveram impacto na construção e desenvolvimento da educação superior no Brasil. Para tanto, fez-se necessário um resgate histórico ao século XX para melhor compreensão das transformações ocorridas que geraram o modelo de educação que se consolidou no período de recorte da pesquisa, que consolida a criação do pensamento do curso de EF em Goiás. É fundamental discutir o surgimento das universidades do mundo e no Brasil para entender o surgimento da ESEFFEGO.

1.1 O surgimento das Universidades no mundo e no Brasil

A garantia do direito do acesso ao Ensino Superior aparece de diferentes maneiras em documentos variados: na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e, em particular, no Artigo 26 do §1, consta que, além de “toda pessoa tem o direito à educação” e que “a educação superior deverá ser igualmente acessível a todos com base no respectivo mérito”, e endossado, nos princípios básicos da Convenção contra Discriminação em Educação (1960), que em seu Artigo 4º: compromete os Estados Membros a “tornar a educação superior igualmente acessível a todos segundo sua capacidade individual” (UNESCO, 2016).

Com esse direito garantido – mesmo que apenas em documentos – podemos afirmar que houve a necessidade de que Universidades fossem criadas para alocarem os possíveis interessados em cursar o Ensino Superior. A primeira Universidade surgiu em Alexandria, mas ela contava com outra estruturação, ainda antes de Cristo. Algumas universidades que foram implantadas ainda no primeiro milênio, continuam em funcionamento. Por isso, a Europa é considerada o berço das Instituições Universitárias ainda na atualidade.

A Universidade de Bolonha a primeira e atribuída como a *l'Alma Mater*, fundada em 1088 seguida pela Universidade de Paris, a qual serviu de modelo posteriormente, foram e continuam sendo, pois permanecem com plenas

atividades universitárias, as instituições desbravadoras na formação desta modalidade de ensino. As universidades na Europa eram consideradas pelos papas e príncipes importantes fontes de apoio político e, para instituí-las editavam bulas e leis, com o objetivo de as proteger e nelas poderem intervir, como constam nos registros de criação das universidades de Bolonha e Paris (Sorbonne, a mais famosa) como em inúmeras outras, inclusive na América. Na América, diante das descobertas pelos espanhóis, as primeiras universidades foram implantadas nos primeiros anos de 1500, sendo a Universidade Nacional de San Marcos do Peru a primeira formalmente implantada. (BORTOLANZA, 2017, p. 2, grifos do autor).

Embora o Brasil tenha criado suas universidades apenas um século após a Independência, os cursos superiores existiram desde o período Colonial, sobretudo a partir das escolas jesuíticas. De acordo com Cunha (2007a), os primeiros cursos de ensino superior implantados em 1572, na então Colônia portuguesa, foram os cursos de Teologia e Artes no colégio dos jesuítas na Bahia (CUNHA, 2007a).

Dentro do escopo ideológico que permeava no período colonial, a Igreja Católica Apostólica Romana desempenhava um papel secundário, que, através do campo educacional, reforçava e legitimava a dominação de Portugal. A catequese era a principal atividade educacional da Companhia de Jesus, bem como os demais serviços religiosos nos latifúndios e centros urbanos e “na retaguarda a atividade missionária, os jesuítas mantinham colégios para o ensino das primeiras letras, para o ensino secundário e superior” (CUNHA, 2007a, p. 25). A partir das funções variadas exercidas pelos jesuítas, a doutrina católica se fazia presente na organização do Estado, no âmbito social, econômico, político, familiar, religioso e pedagógico (CUNHA, 2007a).

As instituições de ensino dos jesuítas seguiam diretrizes padronizadas que foram sistematizadas no chamado *Ratio Studiorum*; no caso o plano de Nóbrega consistia em duas fases: na primeira fase, considerada como do ensinamento dos estudos elementares, era constituída pelo aprendizado de português, do ensinamento da doutrina cristã e da alfabetização. Para a segunda fase do processo de aprendizagem idealizado por Manuel da Nóbrega, o aluno teria a opção para escolher entre o ensino profissionalizante e o ensino médio, segundo suas aptidões e dotes intelectuais revelados durante o ensino elementar. Como prêmio para os alunos que se destacassem nos estudos da gramática latina, previa-se o envio em viagem de estudos aos grandes colégios de Coimbra ou da Espanha. Por isso, “supondo o domínio das técnicas de leitura, escrita e cálculo: os *studia inferiora*, correspondentes, grosso modo, ao atual ensino secundário, e os *studia superiora*, correspondendo aos ensinamentos universitários” (CUNHA, 2007a, p. 27). Esse ensino dos jesuítas, em seus colégios, era dividido, de acordo com Cunha (2007a), em quatro graus de ensino:

- Curso Elementar que consistia no ensino das primeiras letras;
- Curso de Humanidades que era o ensino da gramática, retórica e humanidades;
- Curso de artes que também era chamado de curso das Ciências Naturais ou Filosofia e que conferia o título de licenciado e bacharel e;
- Curso de Teologia que consistia no ensino da teologia moral e teologia especulativa e que conferia o grau de doutor.

Durante o período da educação jesuíta, em especial os cursos superiores, destacam-se os colégios fundados na Bahia em 1553 com o curso de humanidades e em 1572 com os cursos de Arte e Teologia; o colégio do Rio de Janeiro fundado no século XVI, sendo o curso de Filosofia criado em 1638; o colégio de Olinda, cujos cursos superiores foram criados em 1678; o colégio do Maranhão com início dos cursos superiores em 1688 e o colégio do Pará com início do curso de Artes em 1695 (CUNHA, 2007a).

“A expulsão dos jesuítas em 1759 provocou uma séria crise do ensino brasileiro, uma vez que eles detinham a maioria dos educandários da colônia” (PIVA, 2007, p. 12), ou seja, o modelo de educação e organização pedagógica dos jesuítas permaneceu somente até o ano de 1759, quando foram expulsos de Portugal e conseqüentemente do Brasil, gerando transformações no panorama educacional que foram chamadas reformas pombalinas³. No entanto, os objetivos por trás da “perseguição” do marquês de Pombal aos jesuítas não se tratavam apenas pela oposição à dominação da doutrina católica na educação, mas sim em todos os aspectos políticos, sociais e econômicos. Para Cunha,

Foram três os principais objetivos da nova política econômica. Primeiro, o incentivo às manufaturas na Metrópole. Um desses incentivos foi a criação de reserva de mercado nas colônias, conseguida através da proibição de manufaturas que começavam a existir nas regiões das minas no Brasil, induzidas pela intensa urbanização, pelo aumento e distribuição de renda. Segundo o incentivo à acumulação de capital público e privado, pela concessão do privilégio do monopólio do comércio de certos bens a companhias formadas na Metrópole e nas colônias. Terceiro, o objetivo eu mais interesse a este texto, a substituição das ideologias orientadas para uma sociedade capitalista (CUNHA, 2007a, p. 41).

A expulsão dos jesuítas resultou da tentativa de se chegar a esses objetivos e por almejar o surgimento de novas doutrinas democráticas do campo ideológico, uma vez

³ As Reformas Pombalinas (1750 e 1777) formam uma série de melhorias na administração de Portugal, tendo na educação e no sistema fiscal grande respaldo de modernidade no Estado português. No Brasil, representou o início da educação gratuita e não mais de cunho religioso com a expulsão dos jesuítas em 1759, além de reformas alfandegárias e militares.

que a influência do Iluminismo e a expansão do capitalismo estavam fortemente presentes naquele contexto. No entanto, a pedagogia dos jesuítas não foi substituída por outro sistema eficaz, causando uma “desarticulação do sistema educacional da Colônia” (CUNHA, 2007a, p. 52). Ainda para o autor, no lugar dos colégios, residências, seminários e missões,

Foram criadas, tardiamente no Brasil, as aulas régias. Se, antes, havia nos colégios dos padres jesuítas um plano sistematizado e seriado de estudos, organizados segundo uma pedagogia consistente, a *Ratio Studiorum*, a reação contra eles, baseada no enciclopedismo, não conseguia erigir um edifício cultural alternativo, ao menos na esfera do ensino (CUNHA, 2007a, p. 53).

A criação de matérias isoladas seria uma alternativa para não haver prejuízos no ensino superior e em 1776, os frades franciscanos foram autorizados a criar e assumir um curso superior no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, cuja organização era de acordo com as normas da Universidade de Coimbra, que tinha passado por uma reforma articulada por Pombal.

Para Cunha, é possível notar a filiação dos ideais progressistas nos cursos superiores, especialmente no Estatuto dos Seminários, onde o conhecimento deve ser retirado na natureza e “suas leis devem ser estudadas não só para aumentar o conhecimento sobre o mundo e sobre o homem, como também permitir maior eficiência na sua exploração (CUNHA, 2007a, p. 57). Por isso a finalidade da formação nos cursos superiores não era apenas para servir ao sacerdócio, pois mesmo para os leigos, a Teologia era essencial para a educação geral do cidadão (CUNHA, 2007a). Esse modelo de educação superior vigorou até o ano de 1808 com a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Em um resumo rápido sobre todo esse período Sampaio (1991) afirma que:

O ensino superior no Brasil só veio a adquirir cunho universitário nos anos 30, em contraste com alguns países da América espanhola que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como o México e Peru, ou no pós-independência, como o Chile. Por mais de um século, de 1808 – quando foram criadas as primeiras escolas superiores – até 1934, o modelo de ensino superior foi o da formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias. Se, por um lado, este modelo se manteve quase inalterado – somente no final do século XIX foram introduzidas algumas modificações no sentido de dar uma ênfase maior à formação tecnológica – por outro, o sistema de ensino superior brasileiro revelou, desde cedo, marcas de discontinuidades no que diz respeito, sobretudo, aos aspectos que envolvem sua relação com o Estado. (SAMPAIO, 1991, p. 21).

A partir de 1808, os cursos superiores foram destinados “a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos; como subproduto, formar profissionais liberais” (CUNHA, 2007a, p. 63). De acordo com Cunha (2007a),

Os cursos que preparavam os burocratas para o Estado eram os dos estabelecimentos militares (Academia Militar e Academia da Marinha), os cursos de medicina e cirurgia e o de Matemática. Os primeiros formavam especialistas em assuntos de guerra, pois os cursos de medicina e cirurgia nasceram em hospitais militares com o objetivo primeiro de prover médicos e cirurgiões para a Marinha e o Exército, no contexto da guerra contra a França (CUNHA, 2007 a, p. 63).

Outros cursos foram criados com a necessidade de atender também o consumo das classes dominantes, como Desenho, História e Música; mas o curso que mais cumpria essa função era o de Direito, pois os profissionais dessa área tinham que “elaborar, discutir e interpretar as leis, a tarefa principal de formular e renovar as ideologias que legitimavam as relações de dominação mantidas e dissimuladas no aparato jurídico” (CUNHA, 2007 a, p. 64). Assim, cumprindo os cursos superiores com a sua função na sociedade, os profissionais liberais podiam comercializar entre si os seus serviços.

Com a ampliação e reestruturação do ensino superior no Brasil e a incorporação de cursos pelas Academias militares, a importação de livros e a vinda de brasileiros que estudaram na Europa (em especial em Paris, onde lecionava Augusto Comte), o positivismo veio se instalar como uma ideologia dos médicos, engenheiros, oficiais do exército e professores e com isso, “eles passaram a ser os ideólogos das frações progressistas das classes dominantes e das camadas médias urbanas, utilizando a doutrina positivista contra as doutrinas veiculadas pela Igreja Católica e, por extensão, contra o regime monárquico e a escravidão” (CUNHA, 2007 a, p. 64). Sobre mudanças significativas no ensino superior, Cunha (2007 a) afirma que:

O ensino superior permaneceu praticamente o mesmo em todo o Império. Cursos viraram academias, currículos foram modificados várias vezes, mas o panorama não mudou substancialmente. Toda a prosperidade da economia cafeeira não foi capaz de alterar os padrões do ensino do ensino superior, a não ser indiretamente, pela construção das estradas de ferro, para quais eram necessários engenheiros. As modificações mais notáveis foram a criação da Escola Politécnica, em 1874, no Rio de Janeiro, e da Escola de Minas de Ouro Preto, um ano depois. A primeira originou-se da Escola Militar e a outra, da vontade do imperador, ambas num período que, cessada a guerra do Paraguai (1864-70), construíam-se estradas, portos, serviços públicos de iluminação a gás, abriam-se fábricas de tecidos, de produtos alimentícios e químicos. (CUNHA, 2007a, p. 71).

Dessa maneira, os cursos superiores tinham por objetivo formar profissionais que atuassem na expansão e desenvolvimento da nação, atendendo assim as demandas de uma sociedade industrial e mercantil em ascensão. O ensino superior no Brasil começou como um modelo de instituto isolado e de natureza apenas profissionalizante com engenharia militar e medicina aplicada; em faculdades separadas organizacionalmente

entre si, o que levou a muitas distorções e continua a ser questionado estruturalmente e seu funcionamento até hoje. A criação das universidades enfrentou muita resistência de Portugal e dos brasileiros que as consideravam desnecessárias na Colônia. No entanto, ainda no século XIX, as classes dominantes enfrentaram desafios para acessar as universidades europeias, por isso foram tomadas medidas para estabelecer o Ensino Superior no Brasil com o objetivo de atender essa classe dominante. Porém, essa criação foi cheia de obstáculos, visto que os problemas para estruturar o ensino superior se relacionam diretamente com as incontáveis Reformas Educacionais – que serão detalhadas logo adiante, ocorridas ainda na República Velha até 1930 e, as frequentes discussões e reformas da instrução pública, com critérios políticos acima da base de cunho científico que permearam as Reformas Educacionais.

O quadro não se alterou em grande magnitude posterior a este período, [...], pois a Educação continua em busca de um modelo para o alcance de seus propósitos. O breve tempo da instituição universitária no Brasil, se comparado a América e a Europa, não minimizam as dificuldades a serem galgadas para atender a grande demanda da população ainda sem acesso a formação superior. Frente a esta perspectiva a universidade é um produto histórico e social. (BORTOLANZA, 2017, p. 4).

O ensino superior na Primeira República (1889 a 1930) foi marcado pela criação de escolas superiores livres em virtude da facilitação do ingresso no ensino superior, sendo esse processo “produto de determinações técnico-econômicas, como a necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade, e, também, de determinações ideológicas, como a influência do positivismo” (CUNHA, 2007a, p. 133). Este período também foi marcado pela criação de instituições de ensino superior com o nome de universidade.

No campo econômico e político no Brasil, com Proclamação da República, houve um crescimento da cafeicultura, bem como a ampliação de outros setores econômicos, bem como a produção de borracha, que, embora não tenha tido êxito por longo período, permitiu condições para a criação da primeira instituição de ensino superior em Manaus. Com o desenvolvimento da indústria, surgiu também o movimento operário em virtude das crises econômicas por busca de melhorias das condições de trabalho (CUNHA, 2007a). Sendo assim,

A partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o movimento operário no Brasil ingressou numa fase revolucionária: os trabalhadores tomaram consciência da possibilidade de tomar o poder. Essa mudança foi determinada, de um lado, pela deterioração das condições de vida e trabalho, por causa da guerra; e de outro, pelo amadurecimento das organizações políticas (CUNHA, 2007a, p. 143-144).

A partir de todo esse processo, os trabalhadores assalariados, os latifundiários atingidos economicamente pelas crises na produção e outras camadas sociais, buscavam na escolarização de seus filhos, “um caminho burocrático para a ascensão” (CUNHA, 2007a, p. 147). As transformações no ensino superior bem como a facilitação no seu acesso e a crescente criação de escolas para essa finalidade deram início a uma resistência que almejava verificar a qualidade destas instituições e dos diplomas oferecidos ao final. Tendo em vista essas preocupações, tanto na desoficialização do ensino como na manutenção de sua qualidade, a partir de 1911 uma nova organização do ensino superior era necessária no Brasil (CUNHA, 2007 a).

Com a instituição do regime republicano, esse movimento desoficializador, até então produzidos pelos liberais, veio a ser impulsionado pelos positivistas, que lhes tomaram a bandeira e ligaram a defesa da liberdade de ensino com a liberdade da profissão, com amplas repercussões sobre a política educacional posterior a 1910. Conseguiram em razão da vitória do movimento pela desoficialização do ensino, alterar radicalmente o mecanismo de descriminalização cultural/social posto na passagem do ensino secundário para o superior (CUNHA, 2007a, p. 160).

A principal via para o ingresso no ensino superior – por oferecer um preparo mais sólido – era o ensino secundário estatal, porém ele deixou de ser essa via principal após a grande procura por escolas e cursos preparatórios de outras faculdades menos exigentes. Essa demanda por um diploma, incentivado pela ideologia do bacharelismo fazia com que a busca por jovens de classes dominantes e médias acontecesse a qualquer custo (CUNHA, 2007a). Entretanto, com a influência positivista na busca por liberdade da profissão através do bacharelismo, os liberais não perceberam que o papel da organização escolar tinha que ir muito além para desempenhar outras funções; o que fazia surgir a necessidade de um ensino mais eficaz, pois:

Além da função de produzir (em parte) e dissimular a discriminação social, o ensino, em particular o ensino superior, é o processo de produzir agentes dotados do saber dominante, em diversos campos, capazes de produzir e reproduzir as práticas que correspondem aos interesses (materiais e ideológicos) das classes dominantes. Daí os privilégios ocupacionais. Mas, para que esses agentes sejam capazes de produzir e reproduzir aquelas práticas, é necessário que o ensino seja eficaz. Não só que seja capaz de selecionar os destinatários dotados da formação prévia que se assegure um aprendizado satisfatório, mas também, e principalmente, que o ensino seja capaz de produzir nos destinatários as transformações esperadas (CUNHA, 2007a, p. 167).

A resistência que cercava a livre diplomação vinha de todas as partes, combatendo sua aplicação integral na tentativa de extinguir a lei orgânica. Com as mudanças políticas com a sucessão de Venceslau Brás na presidência no lugar de Hermes da Fonseca em 1914, as mudanças na legislação escolar também se

apresentaram e a partir de 18 de março de 1915, a reorganização do ensino secundário e superior no Brasil teve início com o decreto 11.530 (CUNHA, 2007a).

O então ministro da Justiça Carlos Maximiliano Pereira dos Santos foi encarregado para reestabelecer a organização do ensino, mantendo, mesmo assim, dois pontos ainda da lei orgânica que são: “a destituição do privilégio dos diplomas do Colégio Pedro II e dos que lhe eram equiparados, de garantir aos seus possuidores matrículas nas escolas superiores; e a instituição dos exames de admissão” (CUNHA, 2007a, p. 168). Estes exames de admissão nos ensinos superiores foram rebatizados de exames de vestibulares, selecionando assim os candidatos ao ensino superior. Além do vestibular, o candidato para ser aprovado em uma instituição, deveria apresentar certificação de conclusão e aprovação das matérias do curso ginásial, seja realizado no Colégio Pedro II ou em outros colégios equiparados (CUNHA, 2007a). Nesse decreto que nasceu a figura do professor catedrático em substituição ao professor ordinário da lei orgânica, como aponta Cunha (2007 a),

O cargo de professor catedrático era vitalício, como, aliás, todos os cargos mais elevados do magistério superior, desde 1808. A substituição só ocorreria por vontade do professor, por sua morte ou por sua aposentadoria após uma certa idade e/ ou tempo de serviço (chamada jubilação). Mas havia uma diferença importante dos catedráticos para os professores ordinários e outras denominações precedentes. Os catedráticos eram escolhidos por concurso, concorrendo com tese escrita, após o que eram nomeados pelo governo (CUNHA, 2007a, p. 169).

Segundo Barretos e Figueiras (2007) a criação de universidades e não mais somente escolas superiores isoladas só foram efetivadas no século XX, já que o ensino superior brasileiro foi antecedido por diversas escolas para formação profissional: academias militares e outras escolas com formação variada; que fizeram com que o Brasil tivesse, desde a época colonial, instituições notáveis com ensino científico ou técnico. (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007).

As primeiras escolas superiores foram fundadas em 1808 e funcionaram até 1934 e, o modelo de ensino superior era voltado para formar alunos para carreiras liberais comuns, como medicina, direito ou engenharia. A presença e o gerenciamento do Estado do ensino determinavam absolutamente tudo: quais seriam as instituições, quais seriam seus objetivos, o curriculum e os próprios programas das instituições de ensino superior (SAMPAIO, 1991), como por exemplo, a Carta de Lei de 1810, que lista os livros e tratados que os educadores devem estudar.

É importante salientar que a instituição da livre-docência também foi mantida, mas com caráter temporário através de provas orais. Ainda para os candidatos ao ensino

superior, os vestibulares aconteciam todo ano no mês de janeiro através de prova escrita, oral e de conteúdo (CUNHA, 2007a). Após dez anos da reforma constituída por Carlos Maximiliano, outra reforma foi realizada em 1925, reforma essa que seria a última a ser proposta no período da primeira república antes de culminar na revolução de 1930 dando fim a esse regime. Assim como as outras reformas (de 1911 e 1915), a reforma de 1925 propunha mudanças nos níveis secundários e superiores de ensino. Apesar de ser João Luís Alves o ministro do Interior, a reforma ficou conhecida por seu redator principal, Rocha Vaz, catedrático da faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Essa reforma “objetivou o reforço do controle do Estado, particularmente do governo federal, sobre o aparelho escolar, numa tentativa de estabelecer o controle ideológico das crises políticas e sociais” que deram origem na revolução de 1930 (CUNHA, 2007a, p. 170).

A reforma de 1925 estabelecia o dever do diretor de cada faculdade na fixação do número de vagas, a cada ano. Em consequência, os estudantes aprovados eram matriculados por ordem de classificação, até estarem completadas as vagas. Os demais não teriam direito à matrícula, no ano em que prestaram exames e nos demais, a menos que, novamente examinados, obtivessem classificação. O objetivo dessa medida, conforme exposição de motivos do ministro do Interior era dar maior eficiência ao ensino pela diminuição do número de estudantes em certos cursos, e conduzir os estudantes a cursos menos procurados (CUNHA, 2007a, p. 171).

A reforma de Rocha Vaz completa então o caminho para o controle nesse fluxo de passagem do ensino secundário para o ensino superior com o surgimento de vestibulares e certificações, bem como a limitação de vagas para os cursos de ensino superior e estabelecimento de critérios mais rígidos, rompendo de certa forma com a facilitação ao seu acesso. Esse processo foi marcado por contradições e dualidades políticas e sociais, principalmente nas elites, que ao mesmo tempo buscavam a facilitação do ingresso ao ensino superior e defendiam sua qualidade em busca da defesa da “qualidade do seu produto, a adoção de medidas tendentes a favorecer as clientelas políticas e ideológicas no âmbito das camadas médias, ávidas de conquistar, pelos títulos das escolas superiores, a dignidade social/cultural que delas se esperava (CUNHA, 2007a, p. 172).

As instituições de ensino com o nome de Universidade foram surgindo nesse período, umas mais duradouras e outras não, como no caso da Universidade de Manaus, criada em 1909 com a crescente prosperidade da exploração da borracha, comércio e outras profissões liberais e com o declínio desse ramo da economia, em 1926 a Universidade se dissolveu em outras faculdades, sendo a faculdade de Direito a única que sobreviveu por ter sido incorporada pela Universidade do Amazonas em 1962 com sua instalação em 1965 (CUNHA, 2007a).

A Universidade de São Paulo fundada em 1911, por exemplo, foi a primeira instituição de ensino superior a desenvolver, pela Universidade Popular, atividades de extensão. Oferecia também o ensino primário e secundário e teve um crescimento considerável de alunos formados e de cursos, mas não teve tanto êxito depois, uma vez que as mensalidades pagas pelos estudantes não conseguiram suprir a dívida que a universidade tinha com o “sócio capitalista” (CUNHA, 2007a, p. 182). Para Cunha (2007a),

É possível que a Universidade de São Paulo não tenha durado muito mais tempo após 1917. Ao contrário das demais universidades passageiras, dela não restou uma só escola superior que servisse como núcleo de outra universidade futura. A Universidade de São Paulo de vida longa, criada em 1934 pelo governo Estadual, reuniu escolas oficiais existentes, entre elas as de Medicina e Odontologia e Direito, de onde partiram certamente, ataques que levaram à morte da iniciativa de 1911, no âmbito privado do aparelho escolar (CUNHA, 2007a, p. 185).

Dentre as instituições que perduraram com o nome de universidade, destacam-se a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920, e a Universidade de Minas Gerais em 1927. A partir da criação desta última, segundo Cunha (2007 a), “o Governo Federal baixou normas regulamentando a instalação de universidades nos estados. Era uma maneira de lhes impor condições de funcionamento e, por essa via, controlar a seu produto” (CUNHA, 2007a, p. 191). As mudanças políticas e educacionais decorrentes até então, despertaram uma preocupação entre os profissionais da Educação, e

Esses profissionais estavam preocupados com a remodelação dos sistemas estaduais de ensino, com a melhoria da qualidade do ensino, com a dimensão psicológica do processo educacional, com a adequada administração do ensino. Mais do que a amplitude do sistema escolar, interessava que ele funcionasse bem; para tanto introduziram-se as técnicas e princípios recomendados pela Escola Nova. Falava-se em “ciências da educação”, utilizavam-se as medidas educacionais (CUNHA, 2007a, p. 196).

Os profissionais da educação do escolanovismo⁴, dentre eles Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Francisco Campos, Mário Casassanta e Fernando de Azevedo, foram responsáveis por uma série de mudanças e reformas no ensino educacional brasileiro, o que se deu por sua influência e presença na ABE: Associação Brasileira de Educação

⁴ Escolanovismo é um movimento que propôs mudanças no sistema de ensino, colocando o aluno no centro do processo de construção do conhecimento. Os criadores do movimento consideravam que os métodos de ensino tradicionais já não tinham tanta eficácia na realidade social do momento e não garantiam a preparação dos alunos para serem cidadãos bem adaptados ao convívio social. O movimento surgiu na Europa no fim do século XIX e foi baseado em ideias de Jean-Jacques Rousseau, Heinrich Pestalozzi, John Dewey e Freidrich Fröebel. O escolanovismo exerceu grande influência nos sistemas de ensino ocidentais nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. No Brasil, o movimento escolanovista veio aportar a partir da década de vinte do século XX, com as reformas do ensino primário realizadas pelos Pioneiros.

(CUNHA, 2007a). Criada em 1924 e desde então promovendo conferências acerca da educação, a ABE “era uma sociedade civil que funcionava como instrumento de mobilização de difusão de ideias que os profissionais da educação vieram a utilizar justamente para aumentar a capacidade de atuação no aparelho do Estado” (CUNHA, 2007a, p. 197). No ano de 1928, em uma das conferências da ABE, foi tratado o ensino superior universitário através de inquéritos que deveriam discutir o tipo de universidade que seria adotado no Brasil, bem como suas funções específicas como universidade. Apesar das divergências de opiniões, a maioria defendia:

a pluralidade de organização universitária; a autonomia administrativa, pedagógica e financeira diante do Estado; a inclusão de museus e institutos de pesquisa ao lado das faculdades de Ciências e/ou Letras; a promoção do “espírito universitário” pela contiguidade geográfica dos edifícios, integração dos cursos entre si e dos alunos com os professores; a atuação tendo em vista a renovação da cultura brasileira pela pesquisa científica, o incentivo às obras de cultura e a extensão universitária, divulgando conhecimentos técnicos, científicos e artísticos. A opinião majoritária condenava a criação de universidades pela mera reunião de unidades de ensino profissional (CUNHA, 2007a, p. 203-204).

As mudanças defendidas pelos educadores da Educação Nova tiveram influência das novas concepções de educação norte-americana sendo a ABE a principal transmissora das referências pragmáticas da educação escolar no Brasil. Mas também Fernando de Azevedo trazia em seu projeto as influências emergentes da Europa de forma orgânica. Essas propostas de educação vigentes no período da primeira república foram palco de transformações e de contradições. (CUNHA, 2007a).

1.2 História do Ensino Superior no Brasil durante o Século XX: aspectos econômicos, políticos e sociais

O início do século XX traz consigo inúmeras características do final da Primeira República, sem grandes alterações, sendo que não houve transformações na sociedade política e a contradição em manter a ordem política tradicional; apesar de serem muito necessárias, principalmente pelo sistema vivido na época já que “a composição do poder, perpetuada por um colégio eleitoral assentado sobre o sistema coronelista, frustrava qualquer modificação na estrutura política” (NAGLE, 1974, p.06). A partir dessas transformações nos âmbitos econômicos, políticos, sociais e culturais, a escolarização se encaixa, para Nagle (1974), como um “subsistema cultural” entendendo a educação como parte de um processo civilizatório dessa nova sociedade, fazendo com que o Brasil se torne uma grande nação pela disseminação das escolas visando o progresso nacional

(NAGLE, 1974). Conforme a tabela abaixo podemos visualizar que houve um crescimento no número de Universidades nesse período.

Tabela 3 – O crescimento das universidades de 1900 a 2015.

ANO	UNIVERSIDADES	CURSOS	MATRÍCULAS
1900	24	-	-
1910	61	-	-
1920	95	-	-
1930	181	-	33.723
1945	276	-	40.975
1960	499	-	95.691
1970	639	-	425.478
1975	860	-	1.072.548
1980	882	-	1.377.286
1985	859	3.823	1.367.609
1990	918	4.712	1.540.080
1995	894	6.252	1.759.703
2000	1.180	10.585	2.694.245
2005	2.165	20.404	4.453.156
2010	2.378	28.577	5.449.120
2015	2.364	33.501	8.027.279

Fonte: Bortolanza, 2017.

O século XX no Brasil foi marcado por uma necessidade de urbanização e industrialização, principalmente a partir da década de 1930 e, conseqüentemente, essas mudanças refletiram na forma e na organização da Educação no país. Romanelli (1985) aponta que:

Na verdade, o que se convencionou em chamar de Revolução de 1930 foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica. Foram esses movimentos que, em seu conjunto e pelos objetivos afins que possuíam, iriam caracterizar a Revolução Brasileira, cuja meta maior tem sido a implantação definitiva do capitalismo no Brasil. Através desses movimentos e, sobretudo, através da Revolução de 1930, o que se procurou foi um reajustamento constante dos setores novos da sociedade com o setor tradicional, do ponto de vista interno, e, desses dois, como setor internacional, do ponto de vista externo (ROMANELLI, 1985, p. 47).

A Revolução impediu que o presidente eleito tomasse posse e foi liderado por três estados: Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. O governo provisório que assumiu

o poder após a Revolução de 1930 teve como uma das primeiras medidas, a criação do Ministério da Educação e Saúde pública, tendo como ministro Francisco Campos (SAVIANI, 2013). Para tanto, o novo ministro baixou sete decretos que ficaram conhecidos como Reforma de Francisco Campos, sendo:

- a) Decreto n. 19.850, de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação;
- b) Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota regime universitário;
- c) Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;
- e) Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931: que reestabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas;
- f) Decreto n. 20.158, de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
- g) Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre o ensino secundário. (SAVIANI, 2013, p. 195-196).

Os decretos visavam uma organização e regulação da Educação em todos os níveis de ensino, demonstrando uma importância e urgência em melhorar a situação do ensino no país. O retorno do ensino religioso marca a introdução dessa disciplina pela primeira vez na República nas escolas oficiais, atendendo assim as reivindicações da Igreja Católica, mesmo o ministro sendo um escolanovista, o que não deixou de apresentar certas divergências nos métodos pedagógicos (SAVIANI, 2013).

Francisco Campos justificou a inclusão do ensino religioso facultativo porque “para ele, a religião e a moral cívica eram antídotos contra os males da anarquia social” (CURY, 2013, p. 98). Ainda, “dentro desse espírito, que conjugava uma visão antiliberal da política com uma modernização da vida social por meio da prestação de bens sociais, é que Francisco Campos incluirá a importância do direito à Educação” (CURY, 2013, p. 102).

Com isso, a reforma da Educação deveria passar por todos os níveis de ensino, sobretudo do ensino superior, reforçando assim a opção por universidades em vez de institutos isolados, a fim de fortalecer o processo de aquisição dos conhecimentos, formando assim pessoas que, a partir de sua preparação científica e técnica, poderiam assessorar governos (CURY, 2013). Isso também beneficiaria o ensino primário e secundário, uma vez que os professores seriam frutos dessas universidades organizadas. Cury (2013) ainda mostra que, para Francisco Campos,

A universidade deveria contar com o duplo objetivo: equiparar tecnicamente as elites profissionais do país e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura. [...] É nessa tensão entre

o conservadorismo autoritário, de desconfiança das 'massas' e da confiança nas 'elites' e a modernidade da educação, imersa nos direitos sociais, que oscilará o pensamento educacional de Francisco Campos. Se cada iniciativa do jurista punha a democracia em suspense e em suspenso, o educador não deixava de apontar rumos para a elevação científica e cultural dos estudantes no âmbito da educação escolar. (CURY, 2013, p. 110).

Ainda para Cury (2013), Francisco Campos apresentava contradições em suas ações e forma de pensar, pois, mesmo sendo um escolanovista, não era a favor de uma democracia liberal. Essa contradição se dá da seguinte maneira:

De um lado, o jurista/político sempre pronto a acionar sua imensa cultura a serviço de um Estado forte, dirigido por elites esclarecidas, mas receosas das massas populares. Daí a ojeriza à democracia liberal, ao voto universal, cujo processo, segundo ele, conduziria à anarquia social passível de manipulação pelas forças comunistas. De outro lado, o jurista/educador que viu na educação, especialmente na expansão escolar bafejada pelo escolanovismo, um direito social assegurado pelo Estado. Para Francisco Campos, seria ela o caminho de uma ordem social que conduziria os alunos no sentido do enfrentamento criativo dos problemas da vida moderna. Um caminho de teorias e práticas, mas também uma via para a consecução de novos direitos (CURY, 2013, p. 114-115).

Após a posse de Getúlio Vargas como presidente constitucional em 1934, Gustavo Capanema foi nomeado para o cargo de ministro da Educação, onde permaneceu até 1945, data que marca o final do Estado Novo. Capanema instituiu a universidades do Brasil como modelo para o Ensino Superior no país (SAVIANI, 2013). No ano de 1938 foi criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) dirigido por Lourenço Filho, que estabeleceu por meio de oito decretos-lei, reformas na Educação conhecidas como Reformas de Capanema. São estes:

- a) Decreto –lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o SENAI;
- b) Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- c) Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- e) Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário;
- f) Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal;
- g) Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC;
- h) Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola (SAVIANI, 2013, p. 269).

Observamos que estas reformas buscavam a formação profissional e técnica, que foram divididos nos setores comercial, industrial e agrícola, que estavam atendendo as demandas de uma sociedade em processo de modernização e industrialização. Mas, essas divisões do ensino também marcavam a separação das elites e do povo, pois:

Do ponto de vista da concepção, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior, corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e aos ofícios requeridos pela organização social (SAVIANI, 2013, p. 270).

O ensino profissional revelava uma preocupação do governo em capacitar pessoas para trabalharem no crescente ramo industrial, pois a mão de obra qualificada no período da Segunda Guerra Mundial estava escassa, o que causava um problema para o Estado, pois além de não poder contar com importações de produtos industrializados e pessoal qualificado, teve que expandir as indústrias de fabricação nacional e por isso o governo teve que investir no ensino profissional (ROMANELLI, 1985). Ainda para Romanelli (1985):

Desta forma, pois, as escolas de aprendizagem acabaram por transformar-se, ao lado das escolas primárias, em escolas das camadas populares. Como aquelas passaram a ser, na sua maioria, mantidas pelo SENAI e pelo SENAC e, portanto, ligadas ao chamado sistema “paralelo” de ensino profissional e, como o ensino profissional oficial tinha uma matrícula sensivelmente inferior à do sistema paralelo, tornou-se evidente que o sistema oficial de ensino, em seus ramos secundário e superior, continuou sendo o sistema das elites, ou, ao menos, das classes médias e altas, enquanto o sistema “paralelo” de ensino profissional, ao lado das escolas primárias, passou a ser mais acentuadamente o sistema educacional das camadas populares (ROMANELLI, 1985, p. 169).

O modelo de educação adotado pelo governo em atendimento as demandas políticas e econômicas acabaram por reforçar e aumentar as desigualdades sociais e educacionais já existentes, o que afastava do modelo de educação proposto pelos escolanovistas, que defendia uma escola pública de caráter universal, gratuita e obrigatória, buscando o desenvolvimento integral (intelectual, físico, moral, artístico) de todos (SAVIANI, 2013).

1.3 O ensino superior na era Vargas

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu o governo provisório, marcado pela intervenção direta do estado na economia e política de forma autoritária e centralizada, ou seja, “uma espécie de fascismo sem mobilização de massas” (CUNHA, 2007a, p. 205). Surgiu então duas vertentes de políticas educacionais opostas: a liberal, a partir das pesquisas de Fernando de Azevedo que, a partir de 1932 passou a defender os direitos das classes trabalhadoras através do liberalismo igualitário; e a autoritária, a

partir de Francisco Campos, com influência fascista que buscavam impedir os trabalhadores de qualquer contestação à ordem social (CUNHA, 2007a).

Destaca-se nesse período da educação autoritária, a criação da União Nacional de Estudantes (UNE) em oposição ao sistema e em busca de ações mais democráticas durante o Estado Novo, atuando “na mesma linha dos educadores liberais igualitaristas, então silenciados, mas defendendo posições muito mais radicais do que as sonhadas por eles” (CUNHA, 2007a, p. 206).

A educação liberal, apesar de se apresentar inicialmente como elitista, defendia uma escola independente, tanto no âmbito político quanto religioso e a escola exercendo o papel de “despertar e desenvolver os talentos e as vocações dos indivíduos na medida de suas características inatas, de modo que eles possam se posicionar na sociedade conforme suas aquisições e não conforme a herança de dinheiro ou de títulos” (CUNHA, 2007a, p. 230). As universidades, nesse sentido, deveriam formar a elite intelectual brasileira e ainda para Cunha (2007 a),

Funcionando conforme os ditames de Fernando de Azevedo, a universidade estenderia a cultura já elaborada a todo o povo, por diversas vias: pela formação de professores para o ensino secundário e, indiretamente, pela formação de professores primários; pela “extensão universitária”, ministrando palestras de vulgarização; e, finalmente, pela ação dos seus ex-alunos nos cargos públicos e nas posições destacadas da Sociedade Civil, como nos partidos políticos e na imprensa (CUNHA, 2007a, p. 234).

Ainda no campo liberal do escolanovismo, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova apresentava o ensino superior em uma dualidade de posições, que de um lado buscava a formação de uma elite dirigente e por outro lado também defendia a gratuidade do ensino superior e a sua autonomia. Coelho (2009) discorre um pouco sobre essa autonomia educacional:

O ato de educar e de formar é um movimento permanente entre o instituído e o instituinte, o existente e o inexistente, o real e o imaginário, o presente e o futuro, o que somos e o que devemos ser. Educar, e em especial formar, é tornar concretamente possível, trabalhar para realizar o movimento instituinte de criação da autonomia, da liberdade, da humanidade, da sociedade, das instituições, dos grupos e indivíduos autônomos, livres e justos. Essa formação só se efetiva no e pelo exercício e cultivo do pensamento na vida coletiva e individual, sem jamais abrir mão de pensar as ideias, os valores, os hábitos, os costumes, a teoria, a prática, a ação humana, sobretudo em sua dimensão pública, coletiva, procurando realizar o bem comum, a polis, a sociedade e os indivíduos excelentes (COELHO, 2009, p.21).

Coelho (2009) afirma ainda que essa autonomia adquirida com o Ensino Superior ajuda a compreender a educação como trabalho para abrir relações pessoais, além das pedagógicas.

1.4 A elaboração da LDB 4.024/61

As reformas estaduais de ensino por vezes encabeçadas pelos intelectuais escolanovistas que lançaram as bases pedagógicas e políticas na década de 1930 deram origem ao anteprojeto da primeira LDB que, embora tenha sido encaminhado à Câmara Federal em 1948, foi votado apenas em 1961. Lei nº 4.024 fixa as diretrizes e bases da educação nacional Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, exceto os artigos 6º a 9º. Aprovada pelo presidente João Goulart, foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil. Para Saviani (2015b),

O projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional decorreu da exigência do artigo 5º, XV, d, da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. Para dar cumprimento a esse dispositivo constitucional, que concedeu à União competência para fixar as “diretrizes e bases da educação nacional”, o ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão composta por educadores de variadas tendências. A referida comissão foi instalada e, 29 de abril de 1947 (SAVIANI, 2015b, p. 35).

O objetivo do projeto original da LDB era tornar o papel do Estado na educação brasileira obrigatório. No entanto, como afirma Buffa (1979), no texto Substitutivo Lacerda mostra apenas interesses “ideológicos e econômicos” que impulsionam os grupos que lutam contra a escola pública. Após a conclusão das discussões sobre o projeto da primeira LDB de 1959 e sua aprovação pela Câmara, ocorreu um dos momentos mais devastadores desde a tramitação do projeto da LDB/1961 na Câmara Federal: o movimento conhecido como “A campanha em defesa da escola pública” que era, ainda de acordo com Buffa (1979) um movimento “congregando professores, jornalistas, estudantes, intelectuais, operários, escritores, organizou uma resistência sistemática e incansável ao projeto aprovado pela Câmara Federal” (p. 55); e, esse movimento promoveu várias palestras, reuniões populares e convenções com o intuito de modificar o projeto aprovado.

Após o encerramento das discussões na Câmara Federal em torno do projeto de lei das Diretrizes e Bases, a Comissão de Educação e Cultura continuou a discutir sobre o tema e em julho de 1959 foi divulgado na imprensa dois manifestos, o primeiro intitulado “Manifesto dos educadores mais uma vez convocados” subscrito por educadores e intelectuais que defendiam o ensino público e o segundo intitulado “Manifesto Sobre as Bases da Educação” subscrito por professores, educadores militantes e intelectuais que defendiam o ensino privado. (FERREIRA, 2018, p. 18).

Em suma, o que resultou na lei aprovada em 1961 foi uma conciliação das abordagens pedagógicas de cada representante das vertentes educacionais do país, estabelecendo a educação e a escola como um direito da família, seja a educação pública ou privada, sendo responsabilidade do poder público instituir as escolas em todos os níveis de ensino de forma gratuita e toda a assistência para o acesso à educação (SAVIANI, 2015b). Vale ressaltar que a LDB 4024/61 não fala especificamente sobre universidades, mas estabelece as bases para a educação superior no Brasil.

1.5 Reforma Universitária 5540/68 e a educação no Estado Militar

O período da Ditadura Civil Militar assumia para si as decisões no campo educacional, que eram, até então de competência dos educadores, aplicando então a estratégia do “autoritarismo desmobilizador” no processo de reformulação do ensino superior no país (SAVIANI, 2015b, p. 95).

Resulta, portanto, perfeitamente compreensível a ausência da sociedade civil no processo de tramitação do projeto que deu origem à Lei n. 5.540/68. Contrastando com a mobilização ocorrida no processo de discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, quando diferentes organismos da sociedade civil se manifestaram no Congresso Nacional, pressionando-o na direção do atendimento de seus interesses específicos (...) no caso da Lei n. 5.540/68 o Diário do Congresso Nacional do período não registra manifestação alguma dos órgãos da sociedade civil, quaisquer que sejam eles. Tratava-se de um Congresso já amputado por várias cassações de mandatos de parlamentares e constituído artificialmente a partir do livre arbítrio do Poder Executivo para manter a máscara democrática do regime, destinado, portanto a legitimar formalmente as medidas de fato ilegítimas do poder governamental (SAVIANI, 2015b, p. 95-96).

Vale ressaltar que um dos aspectos marcantes da reforma universitária era em adequar a educação ao mercado de trabalho, ou seja, um caráter utilitário para a educação no Estado Militar com o objetivo de preparar a força de trabalho para um sistema produtivo (GERMANO, 2011).

A partir de 1964, o Estado brasileiro exerceu sua função com elevado grau de autoritarismo e violência. Um projeto desenvolvimentista autoritário começou durante os governos militares subsequentes, com um processo amplo grau de globalização econômica. O sistema de ensino superior público não conseguiu aumentar o número de alunos, apesar de sua pequena expansão. Como resultado, as organizações estudantis se mobilizaram fortemente para aumentar o número de alunos.

Os anos em que os militares se alternaram no poder se caracterizaram por profundas alterações na educação brasileira. Entre 1964 e 1971 importantes

modificações se processaram no que pode se denominar como os anos da Reforma Educacional. Ao mesmo tempo em que professores eram aposentados compulsoriamente e o movimento estudantil era aos poucos controlado, se estabeleceu a criação das licenciaturas curtas (1964), a Reforma de Ensino Superior (1968) e a Reforma de Ensino de 1º e 2º graus. A reforma autoritária impôs alterações no ensino de História e na formação de professores até então vigentes no país. (NASCIMENTO, 2015, p. 1).

O período civil militar, através do autoritarismo, buscava controlar a sociedade civil, “intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política” (GERMANO, 2011, p. 55).

Do golpe político de 1930 ao golpe de 1964, a sociedade brasileira vivenciou profundas transformações que a foram constituindo numa sociedade mais moderna, dentro da lógica de desenvolvimento do modo-de-produção capitalista. A urbanização e a industrialização, por exemplo, como fenômenos acoplados, demonstram bem isso. (SANFELICE, 2007, p. 543)

Para legitimar seu poder político em todas as esferas a Ditadura Civil Militar necessitava da adesão dos intelectuais, das camadas médias e das massas populares, e, para tanto, tinham o discurso de liberdade e democracia, erradicação da miséria social, enquanto que na prática, sua política reforçava e aumentava as desigualdades. Da mesma forma, enquanto o discurso era em favor da erradicação do analfabetismo e valorização da educação, a realidade se constituía na repressão política e cortes de verbas para a educação (GERMANO, 2011). Apesar da Ditadura ter como objetivo o investimento em setores para o acúmulo de capital e a valorização da educação estar apenas no discurso, caminhando assim para a privatização do ensino, não deixou de se interessar pela educação, pois, como aponta Germano (2011),

O seu interesse se manifesta, primeiramente, através da repressão a professores e alunos “indesejáveis” ao Regime através do controle político e ideológico do ensino, visando à eliminação do exercício da crítica social e política, para obter a adesão de segmentos sociais cada vez mais amplos para o seu projeto de dominação. A atuação do Estado na área da Educação – coerente com a ideologia da segurança nacional – reveste-se assim de um anticomunismo exacerbado, de um anti-intelectualismo que conduzia à misologia, ou seja, à negação da razão, e mesmo ao terrorismo cultural (GERMANO, 2011, p. 105).

A política educacional no Estado Militar se organizou e se desenvolveu com base no controle da educação em todos os níveis de ensino, buscando seu controle ideológico e político, porém, frente aos movimentos de oposição que de certa forma impediam o controle total do estado, houve a necessidade de reformas na educação, a fim de estabelecer a profissionalização do ensino, o incentivo das pesquisas par a acumulação

de capital, o descomprometimento com o investimento na educação pública e gratuita e a participação do setor privado na expansão do sistema educacional, desqualificando assim o ensino público (GERMANO, 2011).

As reformas militares no ensino começaram pelo Ensino Superior baseado na Lei 5.540/1968 e, essa a Reforma Universitária de 1968, profissionalizou a academia, institucionalizou a pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, Mestrado e Doutorado e acrescentou “uma política de formação de recursos humanos com vistas à criação do potencial científico tecnológico nacional” (NEVES, 2002).

Na Educação Física – através do Parecer 894/1969 e Resolução 69/1969 –, se consolidaram a aprovação das primeiras diretrizes curriculares para a formação profissional na área. A diretriz aprovada sobre o curso de EF, em 1969, exigia uma carga horária mínima de 1.800 horas, integralizadas em pelo menos três anos, para obter uma licenciatura plena. A habilitação técnica foi eliminada e a licenciatura "curta" foi adicionada – que tinha duração de um ano – priorizando a "aptidão física" como habilidade essencial para a carreira de professor de Educação Física, exigindo acadêmicos requintes de “atleta”. “No plano pedagógico, era o aprender e o ensinar fazendo” (VENTURA, 2005, p. 143). Além disso, a matriz curricular do curso ficou inalterada, estipulando que a partir dessas diretrizes os profissionais educacionais de EF seriam “indicados para desempenhar a função de técnico das equipes de competição, nas mais diversas modalidades esportivas institucionalizadas” (PEREIRA FILHO, 2005; VENTURA, 2005).

1.6 Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Grau

Posterior a isso, três anos mais tarde, já em 1971, a Reforma do ensino fundamental e médio foi reestruturada e redirecionada – pela Lei 5692/1971 e pelo Decreto-Lei 69.450/1971 que “delimitou a Educação Física, na sua especificidade. Adequava-se por esses atos ‘legais’ o processo educativo às intransigências do modelo ditatorial. (PEREIRA FILHO, 2005; VENTURA, 2005).

O governo criou um Grupo de Trabalho para elaborar o Anteprojeto da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus através do Decreto nº 66.600, de 20 de maio de 1970. O grupo iniciou seus trabalhos em junho de 1970 e era formado pela Portaria do Ministro da Educação e Cultura, coronel Jarbas Passarinho, padre José de Vasconcelos (presidente), Valnir Chagas (relator), Aderbal Jurema, Clélia de Freitas Capanema, Eurides Brito da Silva, Geraldo Bastos Silva, Gildásio Amado, Magda Soares Guimarães e Nise Pires. Foram usadas as dependências da Faculdade de Educação da

Universidade de Brasília para elaborar o Relatório Final que foi apresentado em agosto de 1970 (NASCIMENTO, 2015).

O relator deste documento tem a preocupação de indicar que professores, estudantes e a “opinião pública nacional” não estiveram desconectados das discussões que se processavam no interior do Grupo. No entanto, não é possível definir até que ponto os “documentos oriundos de diferentes partes do país” e as conclusões dos universitários, a partir da “Semana de Educação” promovida na Universidade de Brasília, contribuíram para a confecção do documento final apresentado ao Ministério da Educação. A matéria sobre a Reforma de Ensino tramitou no Congresso Nacional e foi aprovada, por unanimidade, em pouco mais de um mês. Em 11 de agosto de 1971, a Lei nº 5.692, que passava a fixar as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, foi promulgada, sem vetos, pelo Presidente da República. (NASCIMENTO, 2015, p. 3).

O projeto de Lei n. 5.692/71 que visou à reforma do ensino de Primeiro e Segundo graus, assim como o projeto da reforma universitária, deu entrada no Congresso com caráter de urgência. O projeto deu origem a partir dos estudos feitos pelo Grupo de Trabalho do Ministério de Educação e Cultura mencionado assim com a finalidade de propor medidas para a expansão, estudo e planejamento do ensino (SAVIANI, 2015b). O Relatório Final continha sete partes:

A primeira parte trata da estrutura preconizada, abordando os pressupostos e as soluções adotadas. A segunda parte cuida da concepção de currículo que orientou a elaboração do anteprojeto. Ali se levanta a questão da determinação dos conteúdos curriculares, distinguindo-se o “conteúdo comum” e o “conteúdo diversificado”, e explicitam-se as noções de currículo pleno, ordenação e sequência dos conteúdos, bem como a fixação do tempo de duração dos cursos de 1º e 2º graus. A terceira parte versa sobre a organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino, discorrendo sobre os seguintes aspectos: períodos letivos, matrícula, avaliação do aproveitamento e assiduidade, orientação educacional e transferência de alunos de um para outro estabelecimento de ensino. O tema da quarta parte é o ensino supletivo, em que se distinguem suprimimento e suplência, propõe-se uma solução integrada do ensino supletivo com o ensino regular e justifica-se a existência dos cursos de aprendizagem e qualificação profissionais. A quinta parte tem por objeto a formação e o regime de trabalho dos professores e especialistas, ficando para a sexta a questão do financiamento do ensino. Finalmente, a sétima parte estabelece e justifica as condições previstas para a implantação da reforma proposta (SAVIANI, 2015b, p. 118).

É importante destacar o caráter ainda mais radical da reforma dos ensinos de 1º e 2º graus em preparar para o mercado de trabalho, pois o conceito de formação especial se tratava de uma sondagem de aptidões que os alunos teriam para iniciação ao trabalho, subordinando assim o sistema educacional ao sistema capitalista (GERMANO, 2011).

Todas essas transformações impostas por essas reformas molduram o curso de graduação, mestrado e doutorado em EF. A ESEFEGO nasceu no meio dessas mudanças e foi se adaptando e transformando ao longo dos anos. No segundo capítulo

discorreremos sobre as universidades em Goiás e, especificamente, a ESEFEGO e logo adiante explicaremos, com análise documental, como essas reformas aqui citadas alteraram o curso de EF ao longo dos anos.

CAPÍTULO II - ENSINO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM GOIÁS: ESEFEGO, A HISTÓRIA DE SUAS TRÊS DÉCADAS INICIAIS E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Educação Física ensina através do corpo o que você não é capaz de dizer com palavras ou explicar em números. (Autor desconhecido).

Neste capítulo buscamos abordar o contexto histórico do surgimento do ensino superior no estado de Goiás, no Brasil. O estado de Goiás está situado na porção central do Brasil, mais precisamente na região geográfica Centro-Oeste do país. Seu território localiza-se em uma região de ampla diversidade de fauna e flora, caracterizada pelo clima tropical e pela vegetação de Cerrado; sua cultura tem ampla influência da religiosidade e das tradições do campo. A exploração do ouro e a fonte da história do povoamento de Goiás; o período de extração aurífera propiciou a fundação de cidades históricas do estado, como Goiás e Pirenópolis. Na atualidade, o estado possui centros urbanos importantes, com uma boa infraestrutura de serviços, e uma economia baseada no setor primário, além do turismo que é uma atividade importante nas cidades interioranas do estado.

Tabela 4 – Dados do estado de Goiás.

Dados gerais de Goiás
Região: Centro-Oeste.
Capital: Goiânia.
Área territorial: 340.242 km ² (IBGE, 2019).
População: 7.113.540 habitantes (IBGE, 2020).
Densidade demográfica: 17,65 hab./km ² (IBGE, 2010).
Fuso: UTC-3.
Clima: tropical.

Fonte: www.goias.gov.br

Goiás conta hoje com mais de vinte Universidades e Faculdades, que geram o total de mais de quarenta e cinco *campus*. Dessas, 3 são federais, sendo elas: a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Federal de Catalão e a Universidade Federal de Jataí, mais de cinco Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e

mais de vinte faculdades particulares, sendo local de busca por vários estudantes que querem estudar na Universidade Federal de Goiás, na Universidade Estadual de Goiás e na Pontifícia Universidade Católica de Goiás que são as três maiores instituições de oferta de ensino superior no estado. No tópico a seguir discorreremos sobre a história do ensino superior no estado.

2.1 História do ensino superior em Goiás

A história do ensino superior no estado de Goiás segue o fluxo da implementação e expansão do ensino superior no Brasil. Neste sentido, se faz necessário estabelecer uma conexão histórica entre a história do ensino superior no Brasil e a relação dela com o estado de Goiás.

O primeiro ponto a destacar é o modelo de universidade que inspirou o modelo brasileiro de ensino superior. O modelo de ensino superior brasileiro embora tenha uma relação estrutural, uma raiz no modelo moderno desenhado por Wilhelm von Humboldt (1767-1835) no século XVIII, modelo esse implementado na universidade de Berlim em 1819, e que “[...] configurou um novo modelo de universidade, modelo este centrado nas atividades de pesquisa e na autonomia universitária, sobretudo na liberdade acadêmica” (Silva, 2008, p.38). O modelo proposto por Humboldt às instituições de ensino teria autonomia e liberdade de investigação, cabendo ao Estado contribuir ativamente para o sucesso da universidade, tendo em vista que ela contribuiria para construção do Estado-Nação (Silva, 2008). Ou ainda como destaca Silva (2008):

A universidade deveria se estruturar enquanto um espaço social em que o saber é produzido e transmitido de forma autônoma, isto é, sem a interferência do Estado ou de qualquer outro tipo de interferência externa. Conforme esse autor e reformador universitário, o papel do Estado é assegurar as condições materiais de funcionamento das universidades, garantindo-lhes também autonomia frente às pressões externas, sejam elas políticas, econômicas ou de qualquer outra natureza (SILVA, 2008, p.40).

Esse modelo de universidade pensado na Europa no século XVIII se solidifica na América espanhola e inglesa. As primeiras universidades fora da Europa se fizeram na América espanhola:

- Universidade de São Domingos, República Dominicana (1538);
- San Marcos, no Peru (1551);
- Universidade do México, México (1553);
- Universidade de Bogotá, Colômbia (1662);

- Havana, Cuba (1728);
- Santiago, Chile (1738);
- Harvard (1636), Yale (1701), e Filadélfia (1755), Estados Unidos.

Diferentemente dos demais países da América, que viam o ensino superior como instrumento de construção social, o Brasil só terá cursos superiores com a chegada da família real portuguesa ao país em 1808. Se compreendia então, que a colônia era uma extensão da metrópole e que não havia necessidade de implantar instituições de ensino na colônia. Com a chegada da família real portuguesa é implantando um conjunto de instituições de formação liberal. Essas instituições tinham como objetivo atender as necessidades governamentais e a elite local (SILVA, 2008). No ano da chegada da família real é criada Escola de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia); Escola de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ); Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Academia Real Militar (1889) (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ); Curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura.

Com a Proclamação da República em 1889, ocorre uma descentralização do ensino superior, dando possibilidade para o aparecimento de novas instituições, tendo estaduais, quanto municipais. É neste período que as instituições religiosas vão começar a atuar no ensino superior. De todo modo, a expansão do ensino limitou à “(...) iniciativa confessional católica ou de pessoas ou grupos pertencentes às elites locais que proviam seus estados de escolas de nível superior” (SILVA, 2008, p.73).

Essa tentativa de expansão, pelas elites locais, ou pela igreja Católica estava alinhada com a construção e solidificação da ideia de que o país deveria mudar a sua matriz produtiva de agroexportadora para industrial. Como observa Castro (2014, p.22): “A ideologia do desenvolvimento baseada na industrialização passou a dominar os debates em torno de um projeto para o país, para atingir o “progresso”, a independência política e a emancipação econômica”.

É justamente neste contexto político e econômico que surge a primeira instituição de ensino superior no estado de Goiás. A primeira instituição de ensino superior no estado de Goiás foi implantada no final do Século XIX, em 1898, na então capital Goiás. A instituição era a Academia de Direito de Goiás, instituição que manteve seu funcionamento até 1909 e foi fechada em função de questões políticas (SILVA, 2008, p.116). Após o fechamento da instituição, houve outras tentativas de implantação de cursos superiores como demonstra Silva e Ferreira (2015, p.141):

Em 1916, houve uma nova tentativa com a criação da Faculdade Livre de Direito de Goyaz, que em 1917 ampliou o curso de três para cinco anos, e mudou seu nome para Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais de Goyaz para atender os requisitos para o seu reconhecimento por parte do Estado. Esta Faculdade foi fechada, em 1920, pelo reduzido número de alunos e por falta de subvenção do Estado. Em 1921, uma nova iniciativa de implantação do ensino superior em Goiás com a Faculdade de Direito de Goyaz que, embora tivesse tido o apoio do governo estadual, também foi efêmera (SILVA, FERREIRA, 2015, p. 141).

Além dos insucessos relatados acima, teremos também na década de 1920 a tentativa de abrir cursos de Farmácia e Odontologia que fracassam. No âmbito nacional a década de 1930 é importante para o ensino superior brasileiro. O Presidente Getúlio Vargas implanta um grande projeto de reconfiguração do ensino superior brasileiro, a chamada reforma Francisco Campos. Essa reforma reestrutura o ensino superior possibilitando a cobrança de anuidade, permitia o funcionamento de instituições isoladas (ROTHEN, 2008). Na esteira dessas reformas teremos no âmbito nacional a criação da Capes e do CNPq em 1951, o surgimento da primeira universidade Católica do País, PUC Rio de Janeiro e a expansão dos sistemas de ensino estaduais e municipais (ROTHEN, 2008).

Sobre o aspecto econômico e social é importante destacar que: “A derrocada do Estado Novo, a expansão da industrialização, a monopolização de setores essenciais da economia, a urbanização e a ascensão de grupos sociais, fizeram crescer as demandas educacionais no país, ocasionando também a expansão do ensino superior”. (SILVA, FERREIRA, 2015, p.132). Esse aspecto é bastante nítido quando observamos que na década de 1930 Goiás possuiu apenas uma faculdade de direito, e com a mudança da capital para Goiânia em 1933 e com a expansão urbana e industrial. Neste sentido,

(...) as políticas expansionistas de consolidação das universidades particulares no Pará, Paraná, Ceará, Bahia, entre outras, impulsionaram a expansão desse nível de ensino nos Estados de Goiás e de Minas Gerais, assumindo características peculiares nomeadas pelo autor de “marketing eleitoral”. Neste processo, as forças políticas foram essenciais para a implementação de instituições de ensino superior no Estado de Goiás, bem como para garantir sua interiorização e promover o desenvolvimento regional do Estado, que de acordo com a ideologia dominante, aumentariam as chances de competitividade dos municípios frente ao contexto modernizante e industrial do País (ADORNO, 2008).

É neste período que temos a criação da Universidade Católica de Goiás (hoje PUC-GO), que irá encampar a inúmeras faculdades isoladas, como Faculdade de Filosofia, Ciências Econômicas, Direito, entre outras (ADORNO, 2008)

Já nos anos 1960, sobretudo no período da ditadura militar, teremos uma nova reconfiguração no ensino superior nacional que irá impactar a expansão do ensino superior em Goiás. Essa reformulação é decorrente de acordos e convênios assinados pelo Governo Brasileiro e Estadunidense. O convênio entre o Ministério da Educação e Cultura⁵ e a *United States Agency for International Development* – USAID modificou a organização do ensino superior, que passa a funcionar no sistema de créditos, também se implantará políticas para beneficiar a pós-graduação, através de bolsas de estudos para professores brasileiros nos EUA, e uma aproximação maior da universidade do mercado de trabalho. Em resumo:

O Acordo objetivou uma reforma em todos os níveis de ensino brasileiros, adotando-se para tanto, o modelo norte americano, especialmente no ensino superior. Pelo papel estratégico deste nível, a reforma visava uma formação técnica mais ajustada ao plano desenvolvimentista e econômico brasileiro, em consonância com a política norte-americana para o país (FRANZON, 2015, p. 40622).

O resultado dessa reforma é a expansão das universidades federais no país, tendo em vista o ensino, a pesquisa e a extensão, mas sobretudo dar ao país mão de obra técnica que possa solucionar os problemas políticos. Neste aspecto Silva e Ferreira (2015) fazem uma observação interessante. Segundo os autores:

O período de Ditadura Militar (1964-1985) marcou profundamente a educação no país. O plano governamental para a educação, estabelecido no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), era marcadamente economicista com forte apelo ao investimento privado e na formação técnica de nível intermediário. Em relação ao ensino superior, o plano previa uma contenção da expansão e a necessidade de abandonar o critério da demanda social em detrimento de um critério econômico regionalizado (SILVA, FERREIRA, 2015, p. 134).

Essa expansão por demanda econômica é importante para compreender a expansão do ensino superior de Goiás a partir de 1964. No início da década de 1960 é criada a Universidade Federal de Goiás (UFG), que acaba encampando um conjunto de faculdades isoladas, e podemos destacar as “[...] Faculdade de Direito de Goiás (criada em 1921, mas que remonta a 1903 quando foi inaugurada a Academia de Direito de Goiás); Faculdade de Farmácia e Odontologia (criada em 1947); Escola de Engenharia (autorizada a funcionar em abril de 1960) e o Conservatório de Música (criado em 1952) (SILVA, FERREIRA, 2016). É importante destacar que outro grupo de faculdades isoladas, que se estruturam a partir da década de 1940, serão encampadas em 1971, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás).

⁵ Doravante podendo ser citado apenas como MEC.

Embora a UFG e a PUC-GO sejam desde então as maiores instituições de ensino superior de Goiás, houve um processo de expansão diferente dos demais estados (SILVA; FERREIRA, 2016), no estado de Goiás teremos uma forte presença de instituições privadas, confessionais, estaduais e municipais. Sobre as instituições confessionais, observa-se, que “[...] o Estado de Goiás possuía, em 1979, oito mantenedoras de instituições de cursos superiores, pois a Faculdade Bernardo Sayão, Faculdade de Odontologia João Prudente, Faculdade de Direito de Anápolis, situadas em Anápolis-GO, e a Faculdade de Filosofia do Vale do São Patrício, em Ceres-Go, eram mantidas pela Associação Educativa Evangélica, criada em 1961” (ADORNO, 2008, p.46-47).

Se observarmos as Instituições de Ensino Públicas municipais ou estaduais, ainda na década de 1960, foi fundada a Escola Superior de Educação Física de Goiás (ESEFEGO), uma instituição estadual. Na década de 1970 e 1980 seguiu a expansão universitária, mesmo que de forma lenta, mas no estado de Goiás ocorre “[...] um movimento de interiorização do ensino superior com a criação de fundações educacionais em diversos municípios do Estado” (ADORNO, 2008, p.47). Com a promulgação da LDB em 1996, ocorre um processo mais acelerado de expansão do ensino superior no Brasil e em Goiás, expansão das instituições privadas de ensino. É importante destacar os dados de Adorno (2008, p.49). Diz a autora:

Em 1997, Goiás possuía um IES federal, 13 estaduais, 12 municipais e cinco particulares e, ainda quatro IES comunitárias / confessionais/filantrópicas. De 1997 para 2007, ocorre o grande boom expansionista no país, e, em Goiás, o número de IES parra de 35 em 1997, pra 69 em 2006, um percentual de crescimento de 97,1% acompanhando uma diminuição do número de IES públicas, de 26 para 8 (-69,2%); as IES federais aumentaram de uma, em 1997 para quatro, em 2006, apresentando um percentual de crescimento de 300%, aumento para o qual contribuiu a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs); as públicas estaduais tiveram seu número reduzido de 13 para uma (-92,3%) e as municipais reduziram de 12 para nove (-75,0%). (ADORNO, 2008, p. 49).

Os dados mostram uma importante retração do ensino público. E, partir dos anos 2000 as instituições privadas superam em número as instituições públicas, sejam na capital, seja no interior. As instituições estaduais, por exemplo a ESEFEGO, são incorporadas à Universidade Estadual de Goiás (UEG) no ano de 1999 (ADORNO, 2008).

2.2 ESEFEGO: primeira instituição – e única por quase três décadas – de ensino superior de Educação Física em Goiás

Goiás, a partir da segunda metade do século XX, passou por um processo de povoamento em virtude da chamada Marcha para o Oeste (política pública para povoamento e desenvolvimento da porção oeste do país), o que se intensificou com a construção da nova capital de Goiás em Goiânia⁶ e a construção de Brasília⁷, que foram ações políticas que acarretaram num maior fluxo migratório para a região (CORDEIRO, 2019).

A partir dos anseios e expectativas acerca do desenvolvimento político, econômico e social, a fim de superar o atraso no desenvolvimento do estado de Goiás, o governador eleito em 1960, Mauro Borges, criou um projeto na tentativa de atender essa nova ordem social emergente. Para Melo (2002):

Para tal projeto, estruturam-se instituições que reúnem as atividades de vida social e econômica em sistemas organizacionais que veiculam os princípios, métodos e processos necessários à nova ordem (...) No Brasil, a década de 60 é marcada pela responsabilidade atribuída às massas de exercerem essa função de contraposição do novo ao velho, pondo em cheque a ordem tradicional em seus aspectos institucionais e culturais, em seus fundamentos sociais e econômicos e, ainda a responsabilidade de dinamizar as potencialidades para a construção da nação e do futuro (cf. Plano Mauro Borges) (MELO, 2002, p. 80).

Dentro dessa perspectiva de desenvolvimento, o governador Mauro Borges promoveu ações e práticas sociais que moldassem esse novo homem moderno e no âmbito das práticas sociais, as corporais tiveram uma atenção maior, principalmente na Educação Física, que iria de certo modo, contribuir para a constituição dessa modernidade em Goiás de forma a regular e ordenar a sociedade. A Educação Física então, dentro do Plano de Desenvolvimento Social e Econômico de Goiás – PDSE –GO, ganha uma atenção especial nas políticas desenvolvimentistas (MELO, 2002).

⁶ Com a mudança da capital federal Rio de Janeiro para Brasília na década de 60, pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, por motivos estratégicos para o planalto central, distante cerca de 200 quilômetros de Goiânia, a capital goiana se desenvolveu rapidamente atraindo gente de estados como Minas Gerais, Piauí, Bahia e Maranhão. Em 1960 já contava com uma população em torno de 150 mil habitantes.

⁷ A construção de Brasília foi a concretização de um projeto nacional que existia desde o século XIX, cujo intuito era o de levar a capital do nosso país para o planalto central. Essa obra aconteceu entre 1957 e 1960 e foi viabilizada pelo governo de Juscelino Kubitschek. Juscelino idealizou a construção de Brasília para que fosse a síntese perfeita do seu plano de modernização do Brasil. Durante as obras, o presidente não poupou recursos para que a cidade projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa fosse erguida. Os trabalhadores que a fizeram ficaram conhecidos como candangos. A cidade foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

Imagem 1 – Praça de Anápolis na década de 80



Fonte: <https://www.jornalestadodegoias.com.br/2017/08/01/especial-110-anos-fotografias-evidenciam-beleza-da-anapolis-do-seculo-passado/>⁸

Para que a população tivesse acesso à Educação Física e suas práticas corporais, foram criadas as praças de esportes, que tinham por objetivo “implementar e incrementar a prática popular e auxiliar as organizações esportivas” (MELO, 2002, p. 90). E, com a criação das praças, surgiu a demanda em formar professores para atuar na Fundação Estadual de Esporte; por esse motivo, “foi então criada a Escola de Educação Física de Goiás, através da Lei 4.193 – 22/10/1962” (LIMA, 1992, p. 119) com os seguintes dispositivos:

- Art. 1- Fica criada a Escola de Educação Física do Estado de Goiás, integrando a Secretaria da Educação e Cultura;
- Art. 2- Compete à Escola de Educação Física do Estado de Goiás, dentre outras funções que lhe fazem definidas em regulamento as seguintes:
 - I- Formação de professores e monitores necessários aos estabelecimentos públicos aos educandários e às entidades privadas;
 - II- Implantar e difundir o ensino da educação física e dos desportos;
 - III- Realizar pesquisas sobre a educação física e dos desportos indicando os métodos modernos à sua prática. (LIMA, 1992, p. 119).

Era evidente no plano de governo de Mauro Borges o uso dos esportes como um elemento de poder de mobilização e socialização de forma a legitimar seu governo,

⁸ Acesso em: 11 de outubro de 2023, às 00h38.

criando assim um modelo de povo, pois “um povo com saúde e disposição física teria maior produtividade podendo, assim, participar do desenvolvimento econômico o Estado – proposto pelo planejamento global” (LIMA, 1992, p. 122). O governador Mauro Borges era militar antes de ser governador e possuía experiência esportiva através do exército, o que influenciou ações específicas acerca da educação física. Assim, convidou o Cap. Carlos Ribeiro Nascimento, com quem teve contato no exército, para sua assessoria em assuntos esportivos, resultando na criação da FEE (Fundação Estadual de Esportes), através da Lei nº3.645 de 12 de outubro de 1961.

Outros militares foram convidados para compor essa comissão e depois contribuíram na fundação da ESEFEGO que foi a primeira faculdade pública de Educação Física do Centro-Oeste. Estes professores criadores da instituição estavam alinhados com as demandas do governo que almejavam a “contribuição para formação profissional e do caráter; uma educação física com disciplina formativa, que levaria o aluno a obedecer às leis da sociedade; o respeito aos adversários e às autoridades” (MELO, 1992, p. 129). Ainda sobre a ESEFEGO (Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás), Cordeiro aponta que (2019):

Na verdade, tudo começou na “Praça do Povo”, no setor Vila Nova, primeiro bairro popular de Goiânia que abrigou os trabalhadores que construíra, Goiânia. A Escola de Educação Física de Goiás (E.E.F.GO), criada pela Lei Estadual de Ensino, subordinada à Secretaria de Educação do Estado. Em meados de 1963, atendendo às aspirações do corpo docente, O Governo de Goiás, pela Lei n. 4.460/1963, transformou-a em Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (ESEFEGO), como entidade autárquica, jurisdicionada à Secretaria de Educação e Cultura. A autorização para seu funcionamento foi dada pela resolução n. 23, de 27 de fevereiro de 1964, pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Dessa resolução, consta também a aprovação de seu primeiro Regimento Interno (CORDEIRO, 2019, p. 33).

Nos seus primeiros anos de funcionamento, a ESEFEGO seguia com um ritual cotidiano militar, tendo como autoridade máxima o diretor-capitão Resende de Queiroz. A rotina na instituição era marcada com a leitura da ordem do dia para professores e alunos no pátio dispostos em fila, a chamada nominal, a fiscalização de uniformes, cabelos e barbas, hasteamento da bandeira nacional e canto do hino, avisos, elogios e repreensões (MELO, 1992). Ainda em relação à forma militarista na condução da ESEFEGO:

O respeito às ordens, a hierarquia, a disciplina, a rigidez dos horários, o uniforme, foram aspectos do cotidiano do curso apontados, por professores e alunos como importantes, embora os considerassem, às vezes, bem exagerados. No entanto, não negaram seu valor para a prática da Educação Física, dos desportos e para a formação da moral e do caráter dos estudantes (MELO, 1992, p. 138).

Com a Reforma Universitária de 1968, a ESEFEGO passou por adequações de grande impacto para atender as exigências da legislação. Assim, a instituição passou a atender as dimensões do ensino, pesquisa e extensão e introduziu a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico para a obrigação da elaboração de um trabalho final para a conclusão do curso por parte dos discentes. Além das atividades de extensão já oferecidas, a ESEFEGO também passou a realizar projetos de pesquisa e de pós-graduação para a formação continuada dos professores, crescendo a consciência de que o objetivo maior do curso de licenciatura plena em Educação Física “é a formação de professores e não de atletas de alta performance, mudando a relação de professor-treinador-formador de atleta para professor-educador-formador de professor” (CORDEIRO, 2019, p. 61-62).

É preciso entender que as Universidades, no geral, no Brasil, foram criadas com objetivos pré-estabelecidos para que atendessem de maneira valiosa à população. Fatores como:

1. Promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
2. Transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida;
3. Formar especialistas em todos os ramos da cultura, bem como técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
4. Realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, consagrou:

a autonomia universitária, estabeleceu a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único. Nesse contexto, a demanda dos dirigentes de instituições de ensino superior públicas e de seu corpo docente encaminhou-se na direção de uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia e, da parte dos alunos e da sociedade, de modo geral, o que se passou a reivindicar foi a expansão das vagas das universidades públicas. Desses setores não emergiu, portanto, nenhuma demanda por reforma da universidade (SAVIANI et al., 2004, p. 51).

Apesar da ESEFEGO ter sido criada em 1963 para a profissionalização dos profissionais em EF, somente em 1990 aconteceu sua expansão. Essas três décadas deixaram uma lacuna no Ensino Superior em EF no estado de Goiás. Todos os profissionais que se formaram nesse período, inclusive vários que foram professores

dessa autora na graduação, tiveram que se mudar para a capital do estado, Goiânia, para conseguirem obter a formação neste curso superior. A lacuna é explicada pelo momento político vivido neste período, a ditadura militar. Apesar das inúmeras reformas educacionais – todas citadas no capítulo I – o crescimento do ensino superior foi extremamente lento em Goiás neste período, de 1964 – um ano após a abertura da ESEFEGO (que neste período funcionava apenas como formação não superior) – e 1985 quando a Ditadura Militar se encerrou e novas propostas foram apresentadas para desenvolvimento e ampliação de vários setores, inclusive educacionais.

O reconhecimento da ESEFEGO como instituição de ensino e formação superior aconteceu apenas em 1969, e mais de duas décadas adiante que o *campus* de Catalão recebeu o curso de EF – em 1990 – e em 1992 Jataí também recebeu o curso. Três décadas após seu reconhecimento como curso superior, em 1999, a ESEFFEGO – nesta data já havia implantado o curso de Fisioterapia (1994) que mudou o nome da Instituição – foi integrada a Universidade Estadual de Goiás.

A ESEFFEGO teve exclusividade por 27 anos no estado de Goiás, e isso ocorreu apenas pela lentidão do desenvolvimento acadêmico no país. Por isso, o desdobramento do curso para as cidades de Catalão e Jataí marcam o começo de uma nova era, de uma conquista acadêmica, por uma nação que iniciou, na década de 90, a valorização da formação acadêmica por um país mais desenvolvido, com mais acesso à educação, à cultura, ao esporte, e com melhores perspectivas políticas, sociais e econômicas. No capítulo adiante será feita a demonstração e análise dos documentos obtidos para discorrer sobre a estrutura, consolidação e contribuição para Goiás da ESEFEGO, de 1963 a 1990.

CAPÍTULO III - A IMPORTÂNCIA DA ESEFEGO E SEU PIONEIRISMO EM GOIÁS

Neste capítulo buscamos compreender a importância da ESEFEGO em Goiás como seu papel, tanto na formação do profissional de Educação Física e seu perfil ao longo do recorte temporal e sua consolidação como curso superior no estado, tentando mostrar que apesar da lentidão no processo acadêmico do país, nestes 27 anos em que a ESEFFEGO foi exclusiva no estado ela teve sua contribuição muito positiva e abriu vários caminhos para a estrutura que temos atualmente no curso de EF.

Os documentos disponibilizados para a pesquisa são fotos, históricos escolares, regimento interno e plano de curso das disciplinas. Eles foram obtidos por e-mail visto que, na pesquisa de campo a procura pela documentação não foi produtiva, já que a ESEFFEGO estava em outro prédio, porque o primeiro prédio estava em reforma. Reforma essa que já vem se arrastando há uma década, afinal a primeira aprovação foi do governador Marconi Perillo em 2013 liberando verba para a reforma do espaço da ESEFFEGO, porém após dez anos e diversas greves – dos professores e dos alunos que lutam por melhorias no prédio da sede – pouca coisa foi finalizada na reforma.

Por muito tempo, após a mudança da sede para a Universidade Estadual de Goiás, os alunos nem piscina tinham para fazerem as aulas práticas de natação. Conforme afirmado na introdução deste trabalho, como os documentos não estavam no mesmo prédio, foi preciso aguardar que funcionários da ESEFFEGO fossem até o prédio antigo, pegassem os documentos para escanear e mandarem por e-mail para análise nessa pesquisa.

Imagem 2 – Goiânia sendo ampliada na década de 60 com espaço já destinado a ESEFFEGO.



Fonte: www.historiadegoiania.blogspot.com.

Imagem 3 – Prédio da ESEFFEGO na década de 60.



Fonte: Acervo da EEFEGO.

3.1 ESEFEGO: coleta e análise de dados no Ensino Superior de Educação Física em Goiás

Em 19 janeiro de 2022, estive na instituição ESEFFEGO e coletei as atas de reunião, histórico da vida escolar, notas dos alunos e o programa de Educação Física de 1986 a 1993. Nesse primeiro momento eram os documentos disponíveis no acervo na atual localização do curso de Educação Física. O curso havia mudado de prédio e com isso, vários outros documentos ficaram no local anterior e no momento não tinha acesso. No segundo momento, os colaboradores da instituição conseguiram localizar outros documentos, digitalizaram e me enviaram por e-mail no dia 25 de agosto de 2022, sendo diários, planos gerais do curso e de disciplinas.

Imagem 4 – Prédio antigo da ESEFFEGO em Goiânia, foto de 2012.



Fonte: www.historiadegoiania.blogspot.com.

A demora em acessar os documentos se justificou pelas mudanças administrativas e físicas da instituição e o fechamento da mesma devido aos protocolos de segurança decorrentes da pandemia do Covid-19. Assim que a instituição voltou às

suas atividades, a documentação foi disponibilizada. Os primeiros documentos da Escola Superior de Educação Física de Goiás datam de 1963 de quando sua sede estava situada na Avenida Anhanguera, número 1.420, em Goiânia – Goiás. Todo um ritual era cumprido antes de iniciar as aulas entre 1963 e 1968 conforme aponta o documento de horário geral; (DOC 2 – ANO 1963) que está nos anexos; que detalha os horários como:

Tabela 5 – Grade horária do curso em 1963.

ATIVIDADES	HORÁRIO (de segunda a sábado)
Revista Médica	7h
Início de expediente	7h10
Leitura de boletim	7h10
1º tempo de aula	7h15 às 8h
2º tempo de aula	8h15 às 9h
3º tempo de aula	9h15 às 10h
Lanche	10h às 10h30
4º tempo de aula	10h30 às 11h15
5º tempo de aula	11h30 às 12h15
Faxina geral	14h
Início do expediente administrativo	14h
Aulas práticas	14h30 às 17h
Término do expediente administrativo	17h

Fonte: autora com dados da ESEFEGO.

As turmas eram divididas sempre em dois grupamentos, masculino e feminino, e os homens tinham um terço a mais de vagas do que as mulheres; sendo normalmente 30 vagas para homens e 20 para as mulheres. Várias disciplinas eram ensinadas aos alunos como: educação física geral; metodologia; pedagogia; psicologia; higiene aplicada; socorro de urgência; história da educação física; organização; anatomia e fisiologia; cinesiologia aplicada; biometria; fisioterapia; direção de praças de esporte; halterofilismo; ataque e defesa; esgrima; vôlei; futebol; futebol de salão; basquete; tênis; saltos; corridas; arremessos; natação; polo aquático; remo; saltos ornamentais; com

direito a competições internas entre os alunos, porém, com destaque para as variações de ensino para homens e mulheres, nem todas as disciplinas eram feitas por todos. Apenas os homens faziam futebol, futebol de salão e polo aquático; e somente as mulheres faziam saltos ornamentais com carga completa, a dos homens era reduzida. Por isso também os planos de ensino eram diferentes: um para as aulas das turmas masculinas e outro para as aulas das turmas femininas.

Tabela 6 – Diferença em carga horária disciplinar do masculino e do feminino em 1963.

DISCIPLINA	C.H. – MASC.	C.H. – FEM.
Higiene aplicada	6h/a	10h/a
Halterofilismo	8h/a	x
Ataque e defesa	15h/a	x
Esgrima	5h/a	15h/a
Futebol	22h/a	x
Futebol de salão	22h/a	x
Vôlei	22h/a	30h/a
Basquete	22h/a	30h/a
Tênis	10h/a	20h/a
Educação física geral	86h/a	96h/a
Salto	20h/a	25h/a
Corrida	20h/a	25h/a
Arremessos	20h/a	25h/a
Natação	32h/a	40h/a
Saltos ornamentais	8h/a	10h/a
Polo aquático	15h/a	x
Remo	5h/a	x

Fonte: própria autora com dados da ESEFEGO.

Vale destacar que, de acordo com essas diferenças as cargas horárias não fechavam igualmente, a masculina fechava com 995 hora-aula totais e a feminina

fechava com 951 hora-aula. Outro detalhe importante mostra a feição das alunas que não sorriam, não demonstravam qualquer empatia pelas fotos.

Imagem 5 – Alunas em práticas do curso de EF na década de 1960, separadas para homens e mulheres.



Fonte: www.filescom.ueg.br.

Imagem 6 – Time de vôlei feminino da década de 1970, disciplina com maior carga horária para mulheres do que para homens.



Fonte: <http://movimentofisicohumano.blogspot.com/2014/>

Imagem 7 – Aulas de remo na década de 1970, exclusiva para homens.



Fonte: <http://movimentofisicohumano.blogspot.com/2014/>

Algumas disciplinas provocam muita atenção, visto que a grade curricular passou por várias transformações ao longo dos anos. Uma dessas matérias, que aparecem no plano geral de ensino do curso de Educação Física feminino do ano de 1963, que foi retirada posteriormente e só nos anos 2000 foi reincluída é a Higiene Aplicada com carga total de 20 horas.

Dentre as pontuações do plano de ensino temos itens presentes que se destacam: a importância da higiene na educação física; higiene geral; profilaxia; higiene no asseio corporal; banho e fadiga; doenças parasitárias; conhecimento geral sobre: gripe, tuberculose e sífilis; a influência das doenças na vida desportiva e ação do educador físico; higiene dos estádios; ginásios e piscinas; e, técnicas de aplicação de curativos e imobilização.

Outro ponto que podemos comparar com o curso de Educação Física na atualidade é quanto à carga horária. De 1963 até o fim da década de 90 a carga do curso estava regularizada em, em média, 1.100 horas/aula. No parecer nº 138/2002, do Conselho Nacional de Educação, constitui-se em um documento de referência para a criação do que se denominou Graduação em Educação Física e este identificou o direcionamento da formação superior em Educação Física para duas vertentes:

- Atenção à Educação

- Atenção à Saúde

Foi então que se firmou a Resolução CNE 07/2004, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física já que esta inseria, novamente, a área da Saúde no processo de formação do educador físico, que havia sido retirada na década de 80, para que o:

[...] profissional de Educação Física egresso da Graduação e indica que esta formação deve torná-lo apto a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-desportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas ou esportivas. (CNE, 2004, s.n.).

Com a inclusão da área da saúde imposto na Resolução CNE nº 4/2009 passaria a ter, obrigatoriamente, “o tempo mínimo de duração de quatro anos e uma carga horária de 3200 horas, sendo que o estágio e as atividades complementares não deverão exceder a 20% da carga horária total do curso” (CNE, 4/2009, s.n.). Essa mudança é ressaltada positivamente por Martins (2015, s.n.):

Com base em um conjunto de fatores de ordem mais geral, pode-se analisar que ao ser incluída na área da Saúde a Educação Física ampliou as suas possibilidades e campos de intervenção, agregando ao já consolidado campo da Educação uma nova área de intervenção para os seus egressos. Trata-se, assim, não da redução, mas da ampliação de espaços de inserção profissional, os quais devem ser ocupados com competência e ética para resguardar os direitos da sociedade e o cumprimento das responsabilidades dos profissionais. Assim, a presença da Educação Física na Saúde, ao tempo em que concorreu para aumentar as possibilidades de inserção mercadológica dos futuros profissionais, está a exigir, ao lado de uma formação geral sólida, conhecimentos próprios de um campo de estudo diferenciado daquele da licenciatura. Essa exigência é ditada não só pelo aparato legal atualmente vigente, mas pela própria evolução da área neste campo específico e pela sinalização emitida pela sociedade no sentido de reconhecer essa profissão como componente indispensável de um estilo de vida ativo. (MARTINS, 2015, s.n.).

Nesse sentido, “a matriz curricular do curso de Graduação em Educação Física deve ser construída de modo a garantir uma formação alicerçada no estudo, planejamento”, com “execução e avaliação da atividade física na área de saúde; na produção, desenvolvimento e gerenciamento de equipamentos e métodos relacionados à profissão e na disseminação de pesquisas” além de também garantir “conhecimentos relacionados às áreas de intervenção específicas”, afirma ainda a autora Martins (2015, s.n.). Com isso, confirma-se a solidificação necessária que a ESEFEGO apresentou na década de 60 já com a grade curricular composta pelas duas vertentes: atenção à

educação e atenção à saúde. Atualmente, a grade curricular obrigatória do curso de Educação Física contém disciplinas nas quais, muitas delas estão na grade desde o princípio da ESEFEGO.

Imagem 8 – Aulas masculinas da década de 70.

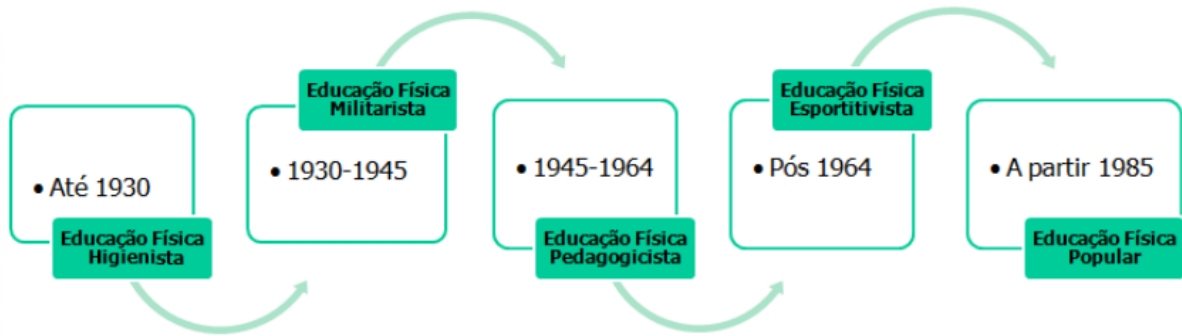


Fonte: www.filescom.ueg.br.

3.2 Educação Física Higienista e suas consequências ao longo dos anos

Podemos afirmar que o curso de Educação Física passou por várias fases desde sua criação, e, três delas fazem parte do nosso recorte temporal, e uma delas se destaca em especial:

Figura 1 – As fases da Educação Física no Brasil



Fonte: Ghiraldeli (2013).

A fase Higienista aconteceu até 1930 – mas deixou traços que perduram até hoje na grade curricular do curso – e, ela se preocupava em fazer do educador físico um agente de saneamento público, dando foco geral à saúde e tinha a EF como importante papel de formação de homens sadios e fortes, na busca de uma sociedade livre de doenças infecciosas e dos vícios que deterioravam a saúde e o caráter dos homens. (NETO, *et. al*, 2018).

Esta fase emergiu também na época da criação das leis abolicionistas, onde, os negros, recém libertos, se deslocaram para as cidades em busca de trabalho, e encontravam as péssimas condições de trabalho, moradia e a falta de saneamento básico que eram propícias ao surgimento de doenças. Neste momento, a escola passa a ter um papel de fundamental importância para disseminar hábitos de higiene, e a Educação Física como a disciplina que melhor abordaria essas questões em um contexto amplo de abordagens. (NETO, *et. al*, 2018, p. 5).

Ainda segundo Neto (*et. al* 2018) logo após a II Guerra Mundial, muitos estudiosos começaram a entender que a Educação Física não deveria ser usada para disciplinar os homens ou para incentivar a busca constante por vitórias e medalhas e também que a Educação Física não transformaria o Brasil em potência olímpica. Foi quando, em uma “crise de identidade” a Educação Física precisou de transformações e mudança de rumo e, esta nova fase foi nomeada de Educação Física Popular. “Foi a partir deste momento que outras ciências, como a Psicologia, a Filosofia e a Sociologia, contribuíram com a legitimação da Educação Física Escolar, originando uma mudança no enfoque da área, buscando outras perspectivas.” (NETO *et. al*, 2018, p. 5). No curso analisado, implantando na ESEFEGO, com nosso recorte temporal, podemos perceber vários traços dos diferentes tipos de Educação Física:

Tabela 7 – Tendências Pedagógicas da Educação Física e a sua relação com a saúde.

TENDÊNCIA	PAPEL DA SAÚDE
HIGIENISTA	Promover a assepsia social; preocupação com a limpeza corporal; eugenia; somente aulas práticas; tema saúde abordado indiretamente; visão biologicista e individualista de saúde.
MILITARISTA	Preparar alunos saudáveis através de exercícios militares para representar o Brasil em futuras guerras; somente aulas práticas; tema saúde abordado indiretamente; visão biologicista e individualista de saúde.
PEDAGOGICISTA	Início de discussões teóricas sobre o tema saúde; primeiros socorros, higiene, prevenção de doenças e alimentação saudável; visão individualista de saúde.
ESPORTIVISTA	Os alunos deveriam possuir saúde para tornarem-se atletas; desenvolvimento da fisiologia e do treinamento esportivo; somente aulas práticas; tema saúde abordado indiretamente; visão biologicista e individualista de saúde.
POPULAR	Discussões teóricas sobre diversos temas como o sedentarismo, as infecções sexualmente transmissíveis, o combate às drogas e os primeiros socorros; o biologicismo começa a declinar; percepção de que somente a dedicação aos exercícios não é suficiente para a prevenção de doenças; crise epistemológica na Educação Física, que provoca nova leitura do seu papel como produtora de saúde.

Fonte: Neto, 2018.

No plano geral de ensino do curso de Educação Física masculino da ESEFEGO, de 1963, a disciplina Higiene Aplicada também aparece, mas com uma carga de 12 horas, excluindo tópicos como: técnicas de aplicação de curativos, imobilização,

bandagem, técnicas para aplicações de injeções; curativos, esterilizações; classificação dos traumas e organização das bolsas de urgência; ficando apenas a cargo das mulheres essas funções. Vale pontuar aqui a figura feminina como cuidadora realizando os trabalhos de saúde dentro da profissão, que não era sequer ensinada aos homens.

Tabela 8 – Grade de conteúdo programático de Higiene Aplicada em 1963.

<i>Disciplinas</i>	<i>Feminino 20h/a</i>	<i>Masculino – 12h/a</i>
<i>técnicas de aplicação de curativos</i>	✓	x
<i>Curativos</i>	✓	x
<i>esterilizações</i>	✓	x
<i>classificação dos traumas</i>	✓	x
<i>imobilização</i>	✓	x
<i>bandagem</i>	✓	x
<i>técnicas para aplicações de injeções</i>	✓	x
<i>organização das bolsas de urgência</i>	✓	x

Fonte: autora com dados da ESEFEGO.

Além dessa divisão de fases da Educação Física dentro do nosso recorte temporal, devemos destacar também o momento político que o Brasil vivia. No Brasil, o regime ditatorial-militar durou 25 anos, de 1964 a 1989, começou um ano depois da criação da ESEFEGO e terminou um ano antes da implantação do curso em outras faculdades do estado de Goiás, conforme apresenta essa tese, de 1963 a 1990. Durante estes 25 anos de regime ditatorial-militar o país teve seis governos; incluindo um governo civil – e a histórias dessas quase três décadas é dividida em cinco fases.

Uma primeira fase, de constituição do regime político ditatorial-militar, corresponde, grosso modo, aos governos Castello Branco e Costa e Silva (de março de 1964 a dezembro de 1968); uma segunda fase, de consolidação do regime ditatorial-militar (que coincide com o governo Médici: 1969-1974); uma terceira fase, de transformação do regime ditatorial-militar (o governo Geisel: 1974-1979); uma quarta fase, de desagregação do regime ditatorial-militar (o governo Figueiredo: 1979-1985); e por último, a fase de transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989). (CODATO, 2005, s. p.).

Ainda de acordo com Codato (2005) o projeto militar se transformou num processo oscilante, no qual o revezamento ocorria entre períodos de maior e menor violência política. A política de liberalização e finalização da ditadura militar do Brasil perpetuou todo o governo de Figueiredo (1979-1985), sob o nome de "abertura política", "graças à normalização da atividade parlamentar e à manutenção do calendário eleitoral, depois da revogação parcial das medidas de exceção (em 1978) e efetuadas a anistia política e uma reforma partidária (em 1979)" (CODATO, 2005, s. p.).

As eleições influíram no curso dos acontecimentos ao acelerar o ritmo de transformação do regime, sem mudar, todavia, sua direção conservadora. A "Nova República" (1985-1990), último governo (ainda que civil) do ciclo do regime ditatorial-militar, encerra esse longo período de transição ao estabelecer a hegemonia política do partido de oposição ao regime (1986), promulgar uma Constituição (1988) e realizar uma eleição popular para Presidente (1989). (CODATO, 2005, s. p.).

A década de noventa foi, de acordo com grande parte da literatura, o período da consolidação do regime liberal-democrático. Foi exatamente nesta época que o curso de Educação Física conseguiu se desmembrar da ESEFEGO e ser direcionado a outros lugares para a formação de novos profissionais da área. Em Catalão e em Jataí o curso chegou no começo dos anos 90 através da Universidade Federal de Goiás.

Em 1979, a Pró-reitora tomou as primeiras providências para a implantação do Campus Avançado de Catalão, enviando uma equipe composta por professores e alunos de Sociologia e de Antropologia com a finalidade de proceder ao levantamento da Realidade socioeconômica do município. [...] Em 1981, esteve naquele município um grupo de professores da Pró-reitora de extensão, com a finalidade de prestar esclarecimentos às lideranças locais e à população sobre a implantação do Campus Avançado (UFG, 1981, p. 225).

Anterior a isso, porém ainda dentro deste período citado, em 1986, o programa curricular da ESEFEGO apresentou uma nova grade de modelo para o curso de Educação Física, com algumas disciplinas modificadas, que apresentavam no total quarenta e quatro disciplinas, distribuídas entre práticas e teóricas dispostas da seguinte maneira.

Tabela 9 – Programas de Educação Física da ESEFEGO – grade de 1986/93.

DISCIPLINAS TEÓRICAS	DISCIPLINAS PRÁTICAS
Anatomia	Atletismo I, II e III
Biologia	Basquete I, II e III
Bioestatística	Capoeira
Biometria	Esgrima
Didática I, II, III, IV	Dança
Direito Desportivo	Futebol I e II
Estrutura e Funcionamento 1º e 2º graus	Futebol de salão
Estrutura I e II	Ginástica Básica
Estudos dos problemas brasileiros I e II	Ginástica I, II, III e IV
Fisiologia do esforço	Ginástica Olímpica
Fisiologia humana	Ginástica Rítmica I e II
Fisioterapia	Handebol I e II
Folclore	Judô I e II
Higiene	Natação I, II e III
Introdução a Educação	Natação sincronizada
Literatura Brasileira	O.T.I. I e II

Metodologia do trabalho intelectual	Recreação I e II
Organização e Administração da Educação Física e Desportiva	Rítmica I e II
Pedagogia	Tênis I e II
Português	Voleibol I, II e III
Prática de Ensino I e II	Yoga I e II
Psicologia I, II, III, IV	
Psicologia da Educação	
Psicologia Educacional	
Psicologia Evolutiva	
Socorro de urgências	
Arbitragem de basquete	
Arbitragem de tênis	
Treinamento desportivos	
Cinesiologia	
Ginástica Métodos	
Ginástica Natural	

Fonte: própria autora com dados da ESEFEGO.

Imagem 9 – Aulas de remo, exclusivamente masculinas, da década de 60.



Fonte: www.portoalegreacervofiles.br.

Podemos afirmar que dentre os aspectos apresentados entre a Educação Física e sua relação com a saúde muitos detalhes mudaram ao longo dos anos, como decorreu-se nessa tese. Considerando também que houve um processo de expansão natural e de adaptação ao longo do nosso recorte temporal, podemos afirmar que a pesquisa através destes documentos foi de extrema importância.

3.3 A memória dos documentos analisados sob a ótica de Paul Ricoeur

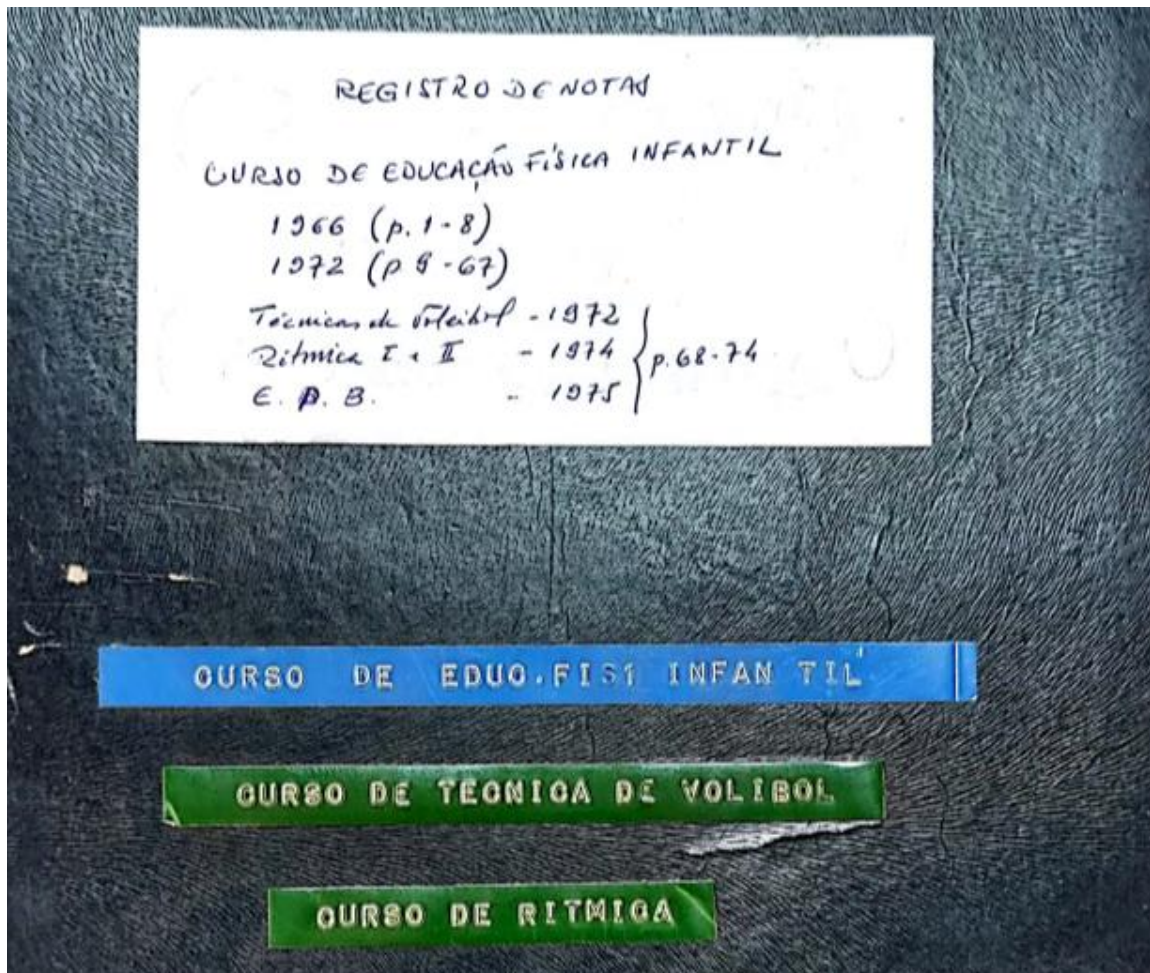
A obra de Paul Ricoeur é um lugar de grande privilégio usada, constantemente, para analisar questões que se relacionam com construção de narrativas históricas. Em “Tempo e Narrativa” (1985), Ricoeur destaca sua teoria da narrativa, sendo uma de suas várias contribuições para as análises. O autor entende que o tempo vivido e a narração são objetos de reflexão já que a História precisa ser lógica e temporal, para apresentar linearidade e coerência. Segundo Oliveira (2009), Ricoeur vai muito além de querer apresentar linearidade quando se trata de memória, afinal, segundo ele, o filósofo francês

“sugere que, na cultura ocidental há uma empatia pelo “esquecimento metódico”, cujo sentido e articulação expõem a condição política das representações e das formulações da memória coletiva” que vai além de uma retórica da perda e do apagamento. (OLIVEIRA, 2009, s. p.).

Conforme proposto anteriormente, é possível afirmar, de acordo com a ajuda de Ricoeur (2007) que as memórias são capazes de garantir uma linearidade e continuidade temporal. Foi o que almejamos fazer nesta tese: através da documentação recolhida na ESEFFEGO em janeiro de 2022, uma fonte escrita de memória, pudemos voltar ao passado através do chamado “presente vivo” (RICOEUR, 2007). Essas memórias nas fontes escritas deram um sentido singular para essa história, dentro do conceito de memória institucional, já que resgatar a memória não é algo simples para voltar ao passado. Esse resgate ajuda a entender as limitações do período analisado e todas as diferenças com a atualidade. Além disso, a memória institucional é considerada referencial consistente para análise, já que é baseada em documentos, revistas, jornais, folhetos, e outros arquivos que são oficiais.

Vale destacar ainda que nem todos os documentos recolhidos foram fontes de estudos, visto que alguns deles eram apenas cadernos de registro de notas. Porém, ainda assim contribuíram muito para este trabalho, já que esse registro de notas mostra, de uma maneira bem peculiar – eram cadernos com linhas, divididos em uma página por aluno, com linhas verticais que separavam as disciplinas e os semestres e horizontais que separavam as notas; eram preenchidos a mão, o nome era escrito no topo da folha com uma letra cursiva mais trabalhada, maior e com grande destaque. É exatamente dessa memória que Ricoeur (2007) fala, uma memória que tem a capacidade de nos transportar ao passado com linearidade e que te auxilia, de várias maneiras, a viver o presente e até “ir ao futuro”.

Imagem 10 – Capa de um livro de Registro de Notas da ESEFEGO.



Fonte: ESEFFEGO (2022).

Com isso, tentamos, por fim, contemplar o objetivo final deste projeto: mostrar a consolidação do curso de Educação Física da ESEFEGO, de 1963 a 1990, que possibilitou, devido o trajeto percorrido e sua solidificação, décadas depois que eu fosse uma aluna do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, que foi a primeira Universidade do estado a receber o curso após a expansão do ESEFEGO no ano de 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa, buscamos compreender e analisar a importância e relevância da ESEFEGO na consolidação da Educação Física como curso superior em Goiás e a formação do profissional à luz das teorias de Paul Ricoeur e seus estudos sobre a memória, inclusive a memória escrita. A reiteração se faz necessária aqui para reforçar que estas reflexões surgiram ao longo dos anos de estudos acadêmicos, já que eu estive presente no curso de Educação Física da UFG – atual UFCAT – e este curso foi parte de uma expansão da ESEFEGO – atual ESEFFEGO.

Na minha dissertação de mestrado consegui refletir sobre o tema a partir da década de 1990 com a chegada do curso na pequena cidade do interior de Goiás, Catalão, que possuía menos de 60 mil habitantes na época. Na época, a UFG – *campus* Catalão – contava com quatro cursos: licenciaturas em Letras e Geografia foram os dois primeiros, instalados em 1986; licenciaturas em Matemática e Pedagogia em 1988 e, por fim, dois anos seguintes, em 1990, o curso de Educação Física.

Ao discorrer neste texto, ainda que de forma embrionária, a história da ESEFFEGO e do curso de educação física, objetivei manter uma história linear, pautada na memória documental, para que o texto ficasse claro. Estas considerações finais, mais semelhantes a um epílogo, apresentam a vontade de, se ainda possível, estender as pesquisas sobre este tema, com a necessidade de ampliar a importância da criação da ESEFFEGO e de toda a sua trajetória pelo período, especificamente, da ditadura militar, já que a própria EF era vista como possibilidade de treinamento militar como visto acima.

No capítulo um foi possível discorrer sobre a trajetória do Ensino Superior no mundo e, posteriormente no Brasil. Apesar das grandes dificuldades podemos afirmar que o longo caminho foi percorrido com louvor de acordo com os objetivos deste trabalho. Apesar de que a educação pode ser prejudicial para algumas artimanhas políticas, e ela precisa ser oferecida pelo governo, o caminho progrediu; isso porque quanto mais uma população tem direito e acesso a educação e cultura, mais seres pensantes e críticos são formados, que podem questionar sobre várias coisas, inclusive sobre a própria formação do governo. Foi preciso entender como a educação superior surgiu, quais eram seus objetivos e conceitos para que este trabalho pudesse chegar a conclusão do caminho percorrido para chegar até aqui.

Vale destacar que entender e estudar sobre a ESEFFEGO fez grande diferença no meu entendimento e na minha compreensão, porque hoje consigo perceber quais dos meus professores no curso de Educação Física na UFCAT de Catalão – antigamente atrelada a Universidade Federal de Goiás – vieram dessa formação de diferente perfil e

como eles aprenderam. Alguns deles ainda carregavam marcas de uma educação militarista, vários outros com traços do que aprenderam, mas conseguiram inovar e se adaptarem a uma nova realidade.

No segundo capítulo conseguimos discorrer sobre como Goiás recebeu suas primeiras universidades e porque a ESEFFEGO nasceu com um curso exclusivo até a década de 1990. O Regime Militar fez que com muitos setores não progredissem para que pudessem controlar com mais facilidade a sociedade. Um desses setores foi a educação, criação de novas unidades universitárias ficou estagnada por muitos anos, afinal, como já dito anteriormente, educar a população tem suas vantagens e suas desvantagens. Esse período foi mais longo do que o próprio Regime Militar, visto que a criação da ESEFFEGO foi exatamente um ano antes do início da Ditadura Militar e, ainda perdurou por cinco anos após o fim desse Regime, tempo em que precisou-se estabilizar e aprender a viver em um novo modelo político econômico para que novos avanços tivessem espaço na sociedade.

Para finalizar, o terceiro capítulo teve como ideal mostrar a história da ESEFFEGO ao longo dos seus mais de 60 anos de funcionamento, claro que com recorte temporal que nos satisfazia para contemplar este trabalho. A Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás já formou, ao longo desse período, mais de vinte mil profissionais da área de Educação Física e Fisioterapia. Profissionais esses que já formaram novos alunos ao longo desse tempo, e que continuam formando outros profissionais, incontáveis e importantíssimos para a área. É nítida a importância desta Instituição para o estado de Goiás. Muitos alunos inclusive, no começo da década de 70 e 80, vieram de outros estados o que ajudou também, no povoamento do estado de Goiás. Sem dúvida, a ESEFFEGO fez e faz uma grande diferença na história de Goiás e isso não pode ser esquecido.

Por fim, acredita-se que ainda muito precisa ser dito e sistematizado sobre a história da Educação Física em Goiás e, da Educação Física em Catalão, sob a ótica de outros autores e outras teorias-base, já que esse presente estudo não encerra nada, muito pelo contrário, ele pode abrir novas possibilidades de novos estudos. Com isso, podemos afirmar que a influência da ESEFFEGO nos cursos de Educação Física do estado de Goiás está bem-marcada e identificada neste trabalho. Entendemos que, apesar da exclusividade ao longo das quase três décadas da ESEFFEGO em Goiás ter sido negativa, por conta da falta de melhorias barradas pelo Regime Militar no Brasil, a Instituição cumpriu muito bem o seu papel, conseguiu se adaptar – mesmo recém-aberta – a realidade da época, continuou formando profissionais de qualidade e, desenvolveu um excelente trabalho ao mundo acadêmico, sendo este favor um ponto positivo. Apesar

dos problemas atuais – que fogem do nosso recorte temporal – que envolvem diversas greves, mudança de prédio, abandono da sede inicial e algumas precarizações, o papel da ESEFFEGO continua sendo de extrema importância para a sociedade. Além disso, o governo estadual, reconhecendo todo o valor que essa Escola Superior tem para Goiás, deve investir mais recursos em educação destinados a UEG – Universidade Estadual de Goiás – universidade na qual a ESEFFEGO foi vinculada. Findamos com perspectivas de novos trabalhos sobre a ESEFFEGO de papel fundamental e de destaque no mundo acadêmico no estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Patrícia da Silva Fernandes. **A expansão das licenciaturas e da Educação Superior em Goiás: privatização, interiorização e estadualização (1997-2006)**. 2008. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

ALMEIDA, Liliane Barros de. **A gênese do ensino superior e o sentido da formação**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação, 2013.

BARRETO, A.L. FILGUEIRAS, C. A. L.. **Origens da Universidade Brasileira**. Quím. Nova vol.30 no.7. São Paulo, 2007. Disponível em: www.dx.doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050. Acesso em 13 jul de 2023.

BORTOLANZA, Juarez. **Trajetória do ensino superior brasileiro- uma busca da origem até a atualidade**. Mar del Plata, Argentina, 2017. ISBN: 978-85-68618-03-5.

BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito: escola pública e escola privada**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CASTRO, Rosângela Nunes Almeida de. **A origem do ensino de engenharia em Goiás**. 2014.

CASTRO, Celso. In: **Corpore Sano** – Os militares e a introdução da educação física no Brasil. Antro política, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997

CHAGAS. Regiane de Ávila. **Formação inicial e construção da identidade profissional do professor: um estudo do curso de licenciatura em Educação Física da UFG**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CODATO, Adriano Nervo. **Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia**. Autoritarismos. Rev. Sociol. Polit. (25). Nov. 2005. Acesso em 19 de jun. de 23. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>.

COELHO, I. M. **Cultura, educação e escola**. In: Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009. p.181-202.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP 7**, Brasília-DF, 2004.

_____. **Parecer CNE/CP 138**, Brasília-DF. 2002.

CORDEIRO, Darcy. **História da ESEFFEGO 1962 a 2015: Educação Física e Fisioterapia**. Editora Espaço Acadêmico, Goiânia, 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas**. 3 ed. Editora UNESP, São Paulo, 2007a. <https://doi.org/10.7476/9788539304578>.

_____. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 3 ed. Editora UNESP, São Paulo, 2007b. <https://doi.org/10.7476/9788539304554>.

_____. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.** 2 ed. Editora UNESP, São Paulo, 2007c.
<https://doi.org/10.7476/9788539304561>.

CUNHA, L. A. C. R. **Ensino superior e universidade no Brasil.** In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

CURY, Carlos Alberto Jamil. Educação e cultura, de Francisco Campos. In: MESQUITA, Ilka Miglio de. CARVALHO, Rosana Areal de (orgs). **Clássicos da Educação Brasileira.** v.3. Belo Horizonte. Mazza Edições. 2013. p. 97-116.

DIAS, Cleber. História das ginásticas em Goiás (1866- 1916). **Revista de História Regional,** 2014a. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092014000100095>.

DIAS, Cleber. Momentos iniciais da educação física em Goiás (1917-1929). **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte,** (São Paulo) 2014b, Jan-Mar; 28(1):95-111.
<https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.19i2.0008>.

FRANZON S. Os Acordos MEC-USAID e a Reforma Universitária de 1968 - As Garras da Águia na Legislação de Ensino Brasileira – **XII Congresso Nacional de Educação,** 2015.

FERREIRA, W. da S. **Debate Educacional em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 4.024 de 1961): os manifestos educacionais em questão.** Tocantinópolis, 2018. TCC. Disponível em:
<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1565/5/Wagna%20Ferreira%20-%20TCC%20%20Pedagogia.pdf> . Acesso em 13 de jul. de 23.

FIGUEIREDO, Priscilla Kelly. **A história da educação física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958).** 2016.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).** 5 ed. Cortez. São Paulo, 2011.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física Progressista: A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira.** 12. ed. São Paulo: Loyola, 2013. 34 p.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil.
LEI Nº 4.193, DE 22 DE OUTUBRO DE 1962.

LIMA, Lenir Miguel de. **Os militares, o populismo e suas influências na Educação Física em Goiás.** Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

LUIZ, Ângela Rodrigues. **Cursos de graduação em Educação Física no estado de Goiás: interfaces com a saúde.** Anais do VI Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte e X Congresso de Educação Física, UFG Regional Jataí, 2014. Disponível em:
<https://congressos.cbce.org.br/index.php/6concoce/10conef/paper/download/6117/3013>
 . Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

MARTINS, Iguatemy Maria de Lucena. Carga horária do curso de Bacharelado em Educação Física. 2015. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/comunicacao/revistaedf/3789#:~:text=Com%20o%20advento%20da%20Resolu%C3%A7%C3%A3o,carga%20hor%C3%A1ria%20total%20do%20curso>. Acesso em: 28 de março de 2023.

MELO, Perpétua do Socorro Nunes de. **O saber especial das licenciaturas em Educação Física em Goiás: seu conteúdo, forma e função social**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira república**. EPU. Fundação Nacional de Material Escolar, Rio de Janeiro, 1974.

NASCIMENTO, Fabians Alzira Ramos do. **ESEFFEGO: imagens do pioneirismo da educação física em Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. **Os estudos sociais e a reforma de ensino de 1º e 2º graus: a “doutrina do núcleo comum”**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. 27 a 31 de julho. Florianópolis, SC.

NETO, J. A.; DUTRA, C. G.; VASCONCELOS, G. S. de; PINTO, A. G. A.; SOUSA, M. do S. **Aspectos históricos das fases da educação física no Brasil e reflexões sobre a relação com o tema saúde**. Congresso de Educação Física Escolar. UECE. 2018.

NEVES, C. E. B. **A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 43-106.

OLIVEIRA, E. Esquecimentos possíveis: a hermenêutica da memória de Paul Ricoeur. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/emtempos.v0i14.20011>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

PEREIRA FILHO, Ednaldo. Limites da formação e exercício profissional. In: **Formação profissional em educação física e mundo do trabalho**. Vitória: Salesiana, 2005.

PIRES, Roberto Gondin. **História da Educação Física na Bahia: percurso da formação profissional**. 2007. Tese de doutorado (Educação). Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA.

PIVA, T. C. C.; **Tese de Doutorado**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 2007.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2 ed. 4 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 8, n. 2, p. 141-160, 2008.

RICOEUR, Paul. O eclipse da narrativa. In: **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 7 ed. Vozes, 1985.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990.** Documento de trabalho 8 / 91 - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES). Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>
Acesso em 19/06/23.

SANFELICE, José Luís. **O manifesto dos educadores (1959) à luz da história,** Educação e Sociedade, v. 28, 2007, p. 542-557. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000200013>.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil.** 4 ed. Campinas, Autores Associados, 2013.

_____. **História do tempo e tempo da história:** estudos de historiografia e história da educação. Campinas: Autores Associados, 2015a.

_____. **Política e educação no Brasil:** o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 7 ed. Campinas: Autores Associados, 2015b.

_____. **A questão da reforma universitária.** Educação & Linguagem, ano 7, nº 10, p. 42-67, 2004.

_____. **O futuro da universidade entre o possível e o desejável.** Fórum Sabedoria Universitária. Unicamp, Campinas, 2009.

SAVIANI, D.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIM, V. T.; ALMEIDA, J. S. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, Aguinaldo José da. **A expansão da educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo estadual.** 2008. Tese de doutorado. Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922008000300020>.

SILVA, Norma Lúcia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Expansão do ensino superior de história em direção ao interior: a formação do campo em Goiás,** 2015. <https://doi.org/10.5216/hr.v21i1.35396>.

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992

TRINDADE, Patrícia Mano. **O curso de Educação Física:** a questão da formação acadêmica na visão dos docentes e discentes. 2007. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI:** Visão e Ação. 2016. (Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998). Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a

[Educa% C3%A%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visaoacao.html](#). Acesso em 15 de jul. 2023.

VENTURA, Paulo Roberto Veloso. **A educação Física e sua constituição histórica: desvelando ocultamentos**. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO, Goiânia, 2010.

_____. **Formação profissional em Educação Física**: um desafio posto pelas diretrizes curriculares. Revista Estudos. v.32, n.3. Goiânia: PUC, 2005.

ANEXOS – MODELO DE PLANO DE CURSO DE 1974



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE FUTEBOL DE CAMPO

1º ANO - 1.963

PROFESSOR: - Carlos Ribeiro do Nascimento

I - OBJETIVOS GERAIS:

- Levar o aluno a ter conhecimento, origem e evolução do futebol;
- Levar o aluno a conhecer as leis e as regras;
- Levar o aluno a adquirir conhecimento técnico e táticos.

2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Enumerar as partes históricas e evolução do futebol;
- Comentar as regras e leis do jogo;
- Dominar a técnica com bola;
- Comparar as partes onde o futebol tem mais aceitação e influência.

3 - ESCALÃO DAS AULAS:

1º Semestre:

Total bruto 33 aulas

Total líquido 20% 26 aulas

2º Semestre:

Total bruto 29 aulas

Total líquido 20% 23 aulas

4 - DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO:

UNIDADE I - Origem e história do futebol

UNIDADE II - Evolução das táticas

UNIDADE III - Influência e aceitação do futebol nos principais países do mundo

UNIDADE IV - Regras e leis do jogo

UNIDADE V - Prática da técnica individual e habilidade com bola de do jogador



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

UNIDADE VI - Estudo e aplicação das diferentes táticas

UNIDADE VII - Arbitragem

UNIDADE VIII - Competições.

Goiânia, março de 1.974.

aab/74.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFE GO

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIANIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE FUTEBOL DE SALÃO

1º ANO — 1.963

PROFESSOR: — Carlos Ribeiro do Nascimento

OBJETIVOS:

- 01 — Ministrare conhecimentos fundamentais sobre o "Futebol de salão", com relação às leis de jogo, arbitragem e registro de atividades.
- 02 — Desenvolver o interesse pela prática do esporte através de exercícios de fundamentos e prática coletiva.
- 03 — Possibilitar o aperfeiçoamento técnico do esporte através do treinamento coletivo, prático e análise dos sistemas.
- 04 — Ministrare conhecimentos gerais sobre treinamento especializado e esquematização.
- 05 — Orientar os alunos quanto aos processos pedagógicos para o treinamento de fundamentos, individual e coletivo.
- 06 — Analisar os sistemas de jogo e estruturação dos planos de treinamentos / para o "futebol de salão".

ASSUNTOS A MINISTRAR:

- 01 — Introdução e organização do "futebol de salão"
- 02 — Leitura e interpretação das leis do "futebol de salão"
- 03 — Arbitragem
- 04 — Símula e relatório.
- 05 — Exercícios dos fundamentos e recursos.
- 06 — Prática coletiva
- 07 — Análise dos fundamentos e recursos
- 08 — Táticas do "futebol de salão".
- 09 — Treinamento especializado
- 10 — Esquematização



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIANIA — GOIÁS

- 11 - Processos pedagógicos do treinamento dos fundamentos
- 12 - Processos pedagógicos do treinamento coletivo
- 13 - Processos pedagógicos do treinamento individual
- 14 - Análise dos sistemas de jogo
- 15 - Pedagogia prática.

QUADRO DE TRABALHO

Nº AULAS	ASSUNTOS A MINISTRAR	NATUREZA DA AULA
1 (uma)	Introdução e organização do futebol de salão	Teórica
8 (oito)	Leitura e interpretação das leis do futebol de - salão	Prática/teórica
5 (cinco)	Arbitragem - Súmula e Relatório	Teórica/Prática
4 (quatro)	Exercícios dos fundamentos e recursos	Prática
6 (seis)	Análise dos fundamentos e recursos Táticas do futebol de salão Treinamento especializado Esquematização	Teórica/Prática
6 (seis)	Processos pedagógicos do treinamento dos funda - mentos Processos pedagógicos do treinamento individual Processos pedagógicos do treinamento coletivo.	Teórica/Prática
2 (duas)	Análise dos sistemas de jogo	Teórica/Prática
32 (trinta e duas)	Prática Coletiva	Prática

Goiânia, março de 1.974.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA - GOIÁS

PLANO DE CURSO DE NATACÃO

1º ANO - 1.963

PROFESSOR: - Nilton Marinho de Campos

<u>ASSUNTO</u>	<u>OBJETIVO</u>	<u>Nº AULA</u>
1. História da Nata- ção	Natação nos tempos antigos - Estilos existen- tes - Natação utilitária	1 aula
2. Método do ensino na Natação	Características do método de ensino coletivo Entrada n'água - Flutuação - Respiração - E - exercícios em terra, na água (educativos) - des- lizamento - Porque se ensina para crawl - Nado 1 aula básico - Exercícios com apoio (na borda, no com- panheiro) etc.	1 aula
3. Prática do Método de ensino.	Aprender a nadar (crawl) método: considerar to x aulas dos os alunos iguais (não iniciados)	x aulas
4. Aprendizagem do - nado de costas	Aprender a nadar de costas	x aulas
5. Saídas e voltas	Aprender a fazer as saídas e voltas de crawl e 1ª aula ou costas	2ª aula
6. Fundamentos comum ao nado de costas e crawl	Mostrar as fases negativas dos nados	1ª aula (teó- rica prática)
7. Técnica dos nados crawl e costas	Exposição sobre a técnica do nado de crawl e - 1ª ou 2ª aula costas - gesto técnico - fases da braçada den- (teórica com- tro d'água - Trabalho do braço fora d'água demonstração)	
8: Regulamento dos - nados de costas e crawl	Como deve ser nadado o crawl e costas; como -élª aula prati- a saída e chegada dos dois nados etc... ca expondo a- saída.	



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

- | | | |
|-----------------------------------|--|---|
| 9. Atleta amador | Conhecer o conceito do atleta que faz esporte pelo esporte | 1 aula |
| 10. Percurso dos nados ensinados | Correção e fixação do nado ao estilo do nadador, das voltas e saídas (nados crawl e costas. | 4 aulas nados - distâncias em etapas/ de 25 a 50 m. |
| 11. Recreação aquática | Aprendizagem de aula recreativa. Ensino - de exercícios recreativos. | 1 ou 2- aulas. |
| 12. Juizes e oficiais- de nataçãõ | Quais os juizes e oficiais que funcionam/ numa competiçãõ de nataçãõ. | 1 aula |
| 13. Ensino de nataçãõ | Prática de ensino da nataçãõ a um grupo - de crianças ao vivo; de preferencia em - clubes em horário especial para isto. | 20 aulas equipe - alunos. |

Goiânia, março de 1.974.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFE GO

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA GERAL

1º ANO - 1.963

2º ANO - 1.964

3º ANO - 1.965

PROFESSOR: -- João Jardim Peclat

OBJETIVOS DO CURSO: -

- Orientação profissional
- formação corporal
- formação técnica

MÉTODOS GINÁSTICOS: -

- 01 - Francês
- 02 - Circuit Training
- 03 - Calistenia
- 04 - Natural
- 05 - Ginástica de Solo
- 06 - Ginástica e Aparelhos

1º ANO - 1º semestre de 1.963

- Formação profissional - 1 aula
- Método francês
 - Histórico
 - Finalidades - 1 aula
 - Características
 - Formas de trabalho

FORMAS DE TRABALHO: -

- Flexionamentos
- Jogos - grandes e pequenos
- Educativos - Aplicações
- Animicos - desportos



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

- Individuais e coletivos - 1 aula

CONSTITUIÇÃO DO MÉTODO: -

- Evoluções

- Flexionamentos

- 1 aula

- As 7 famílias

- Volta a calma

Sessões de ginástica - 5 aulas

Sessões de grandes jogos - 2 aulas

Sessões de pequenos jogos - 2 aulas

Sessões de Desportos individuais - 3 aulas

Sessões de Desportos coletivos - 3 aulas

Circuit training - 8 aulas

CALISTENIA: -

Histórico, finalidade, característica e forma de trabalho - 1 aula

Sessões de ginástica livre - 3 aulas

Sessões de ginástica com alteres - 3 aulas

Sessões de ginástica com bastões - 3 aulas

Sessões de ginástica com música - 5 aulas

1º ANO - 1.963 - 2º Semestre

Instrução para realização da prova de

Eficiência Física 1 aula

Ginástica de solo 8 aulas

MÉTODO NATURAL AUSTRIACO: -

Objetivos 1 aula

Elementos do método 1 aula

Formas de trabalho 1 aula

Sessões de ginástica 3 aulas

Sessões de ginástica c/ banco... 1 aula



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA - GOIÁS

Sessões de ginástica com plinto..... 3 aulas
Sessões de ginástica com colchões 3 aulas
Sessões de ginástica com Iniciação Des-
portiva..... 4 aulas
Ginástica de aparelhos 10 aulas

OBJETIVOS GERAIS: -

1º ANO:-

- Orientação aos alunos para a sua formação profissional
- Orientação física e técnica ao aluno por meio dos diferentes métodos de educação física.

2º ANO:-

- Complementar aos alunos o conhecimento e aplicação dos diversos métodos dos de educação física.
- Dar conhecimento aos alunos das obrigações do professor de educação física.

3º ANO:-

- Verificação dos conhecimentos adquiridos - por intermédio da prática de ensino Detalhe e minúcias da profissão. Preparar os alunos para serem bons educadores

	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sábado
7.00	M3 M1		M3 M1		M3 M1	Treinamento
7.50						
8.40	M2	M1	M2		M2	

2º ANO - 1º Semestre - 1.964

MÉTODOS GINÁSTICOS: -

- 1 - Desportiva generalizada
- 2 - Ginástica de solo - Ginástica de aparelhos | - competição
- 3 - Ginástica metodizada (brasileira)
- 4 - Método sueco



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFEGO

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA - GOIÁS

6 - Vozes de comando

6 - Unidade esquema padrão

GINÁSTICA DESPORTIVA GENERALIZADA: -

- Histórico 2 aulas
- Características 2 aulas
- Objetivos 2 aulas
- Formas de trabalho 2 aulas
- Competição do método 2 aulas

SESSÃO DE GINÁSTICA: -

- Iniciação ao Voleibol 2 aulas
- Basquetebol 2 aulas
- Handebol 2 aulas
- Salto altura 2 aulas
- Salto distância 2 aulas
- Corrida Veloc. Int. 2 aulas
- Arremessos 2 aulas
- Competição 2 aulas

GINÁSTICA METODIZADA: (brasileira)

- Sessões de ginástica 5 aulas
- 1ª Evolução
 - Calistenia
 - 2ª 3 e 4 famílias
 - 3ª Volta a calma (m. francês)

GINÁSTICA DE SOLO E APARELHOS 10 aulas

2º ANO - 2º semestre - 1.964

MÉTODO SUECO: -

- Histórico 1 aula
- Características 1 aula



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA - GOIÁS

- Objetivos 1 aula
- Formas de trabalho 1 aula
- Composição do método 1 aula

SESSÃO DE GINÁSTICA: -

- Trabalho com colchões 2 aulas
- Trabalho com plinto 2 aulas
- Trabalho com trampolim 2 aulas
- Trabalho com cavalos 2 aulas
- Trabalho com paralelos 2 aulas
- Trabalho com barra fixa 2 aulas
- Trabalho com vários aparelhos 2 aulas

VOZES DE COMANDO: -

- Posições iniciais
- Bireita, Esquerda e Meia volta
parado e em movimento
- Coberturas
- Posição de descansar
- Última forma 5 aulas

GINÁSTICA DE COMPETIÇÃO E ACROBACIA: -

(Teoria e Prática)

- Definição - História - Ginástica Acrobática ao alcance de todos - Segurança em ginástica acrobática.
Metodologia. Leis da Física na Ginástica acrobática. Memória muscular.
O equilíbrio. Competições - regulamento. Fichas de estudo e de aula..... 6 aulas

UNIDADE ESQUEMA PADRÃO (U. E. P.):

- = Histórico 1 aula
- Formas de trabalho 1 aula
- Composição do método 1 aula
- Sessão de ginástica 5 aulas



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFEGO

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA - GOIÁS

3º ANO - 1º semestre - 1.965

- Desportiva generalizada
- Método sueco
- Prática de ensino
- Recapitulação dos outros métodos
- Noções de treinamentos desportivos
- Histórica, características
- Objetivos, formas de trabalho e composição do método 2 aulas.

SESSÕES DE GINÁSTICA: -

- Iniciação ao: Futebol de salão, basquete, vôlei, handebol, saltos, corridas, arremessos e ginástica de competição 15 aulas
- Circuit training - Prática de ensino 8 aulas

MÉTODO SUECO: -

- Histórico, características, objetivos.
- Formas de trabalho e composição do método 1 aula

SESSÃO DE GINÁSTICA: -

- Trabalho com: colchões - pinto - trampolim - cavalos - paralelas - barra fixa - cama elástica demonstrações 18 aulas

3º ANO - 2º semestre - 1.965

- Recapitulação - M. Francês, Calistenia e Natural Austríaco.
- Prática de Ensino
- Noções sobre treinamento desportivo.

Goiânia, março de 1.974.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE METODOLOGIA

1º ANO — 1.963

PROFESSOR: — Inezil Penna Marinho

1 - Conhecimento empírico, Científico e Filosófico.

Introdução:

- Origem do conhecimento
- Conhecimento vulgar, científico e filosófico.

2 - Ciência e Filosofia

Conceitos:

- Problema logos X Sofoi
- Principais classificações das ciências segundo:
 - Aristóteles
 - Bacon
 - Comte
 - Afinidade metodológica
 - Spencer

3 - Divisão da Filosofia. A lógica, seu objetivo, importância e divisão.

4 - Pedagogia, Didática e Metodologia

- Introdução
- Pedagógica
 - Considerações gerais
 - divisão
 - importância para a Educação Física.

Resumo das diferenças fundamentais entre Pedagogia, Didática e Metodologia.

5 - Método Francês

- Análise geral da 1ª parte do Método Francês
- A Educação Física elementar ou pré-pubertária



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

- A Educação Física Secundária pubertária ou pos-pubertária.
- A Educação Física superior - desportiva ou atlética.
- A Educação Física feminina
- Adaptações profissionais
- Ginástica de conservação para idade madura.
- Bases Pedagógicas
- Formas de trabalho preconizadas pelo método Francês.
- Características da Lição de Educação Física.

Goiânia, março de 1.974.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFE GO

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE FISIOTERAPIA APLICADA

1.º ANO — 1.963

PROFESSOR: — Delúbio Machado

1.ª. Parte — MASSOTERAPIA

- 01 — Generalidades: histórico — considerações gerais — cinesiterapia e massagem — o massagista — produtos farmacêuticos, usados na massagem.
- 02 — Efeitos fisiológicos gerais da massagem — ação da massagem sobre a pele.
- 03 — e 04 — Ação da massagem sobre: tecido celular — sub-cutâneo, circulação sanguínea e linfática, músculos, articulações, fraturas, abdome, nervos, glândulas, absorção e diurese.
- 05 — Manobras e massagem: deslizamento, amassadura, percussão, fricção, vibração e rolamento.
- 06 — Técnica de massagem: cintura escapular: trapézio, deltoide, grande peitoral e grande dorsal.
- 07 — Técnica de massagem: músculos motores do cotovelo: biceps braquial e tríceps.
- 08 — Técnica da massagem — músculos motores: grande glúteo, adutores da coxa, biceps crural, semi-tendinoso, semi-membranoso.
- 09 — Técnica de massagem — músculos motores da articulação do joelho: quadriceps crural e gêmeos da perna.
- 10 — Técnica de massagem — músculos motores da articulação tibio-társica: regiões da perna — tarso, metatarso e artelhos.
- 11 — Técnica e massagem — coluna vertebral e paredes antero-laterais do abdome — massagem abdominal.

2.ª. Parte — CINESITERAPIA ATIVA



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFEGO

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA - GOIÁS

2ª. Parte - CINESITERAPIA ATIVA

- 12 - Princípios mecânicos-força; mecânica da posição; mecânica do movimento; alavancas do corpo.
- 13 - Tipos de movimento e postura; tipos e contração muscular; tipos de trabalho muscular; potência da contração muscular; ação conjunta dos músculos; tipos, sucessão e ritmo dos movimentos.
- 14 - Classificação dos movimentos.
- 15 - Posições fundamentais.
- 16 - Movimentos ativos voluntários-técnica e exercícios.
- 17 - Movimentos ativos involuntários. Relaxamento-técnica.
- 18 - Movimentos passivos - classificação e técnica.

Goiânia, março de 1.974.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS

PROGRAMA DE METODOLOGIA

1 963 - PEDAGOGIA

- 01 - Conhecimento empírico, científico e filosófico. Ciência e filosofia.
- 02 - Pedagogia, didática, metodologia: definição, objeto, divisão.
- 03 - Educação - Conceito e estudo de seus conceitos científicos e filosóficos.
- 04 - A educação física no quadro geral da educação.
- 05 - Orientação geral da metodologia da educação física e suas bases pedagógicas: regras pedagógicas gerais.
- 06 - História da educação física: Grécia - Atenas e Roma
Idade Média
Renascimento
Tempos modernos
Linhas doutrinárias
- 07 - Métodos: Calistênico
Francês
Sueco
Método Natural de Hébert
Desportivo Generalizado
Feminino Moderno
Esquema padrão
- 08 - A educação física nas instituições escolares e extra-escolares: Considerações gerais sôbre essas atividades nas escolas primárias - secundárias e superiores.
- 09 - Interêsse e prazer - O binômio fundamental da recreação.
- 10 - A infância - A recreação em face das necessidades bio-psico-sociais da criança.
- 11 - A adolescência - A recreação em face das necessidades bio-psico-sociais da adolescência.

Goiania, março de 1 963.

Rui Pereira



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE HALTEROFILISMO

1º ANO - 1.963

PROFESSOR: - Ribas Botelho Campos

- 1 - Considerações gerais sobre a cadeira - História e Divisão dos Halterofelistas - Evolução do Halterofilismo no Brasil(1)
- 2 - O Desenvolvimento - Arranco - O arremesso(8)
- 3 - Exercícios Básico para o Desenvolvimento(2)
- 4 - Exercícios Básico para o Arranco(2)
- 5 - Exercícios Básico para o Arremesso(2)
- 6 - Treinamento básico para os levantamentos Olímpicos.....(3)
- 7 - Treinamento propriamente dito para os levantamentos Olímpicos(3)
- 8 - Autoridades que funcionam numa competição, material a ser usado - O desenrolar de uma competição(1)

T O T A L 22 aulas.

Goiânia, março de 1.974.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFEGO

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS



PLANO DE CURSO DE JUDÔ

1º ANO - 1.963

PROFESSOR: - Jair Bonifácio do Vale

ASSUNTOS A MINISTRAR: -

Nº AULAS

- | | |
|------------------|--|
| 01 - Introdução | Explicações gerais |
| 02 - Unidade I | I - História e origem do Judô
II - Seu desenvolvimento atual |
| 03 - UNIDADE II | I - Processo de vestir roupa e amarrar a faixa e cumprimento
II - Rolamentos (quedas)
III - Técnica de braço
IV - Técnica de quadril
V - Técnica de perna
VI - Técnica de imobilização
VII - Técnica de enforcamento
VIII - Técnica de chaves |
| 05 - Unidade III | I - Dimensões da área de combate
II - Arbitragem e tempo
III - Atos proibidos
IV - Contagem do ponto
V - Pesos |
| 07 - Unidade IV | I - Prática V - Prática
II - Prática VI - Prática
III - Prática VII - Prática
IV - Prática |

Goiânia, março de 1.974.

aab/74.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS



PLANO DE CURSO DE METODOLOGIA

1º ANO - 1.963

PROFESSOR: - Inezil Penna Marinho

1 - Conhecimento empírico, Científico e Filosófico.

Introdução:

- Origem do conhecimento
- Conhecimento vulgar, científico e filosófico.

2 - Ciência e Filosofia

Conceitos:

- Problema logos X Sofoi
- Principais classificações das ciências segundo:
 - Aristóteles
 - Bacon
 - Comte
 - Afinidade metodológica
 - Spencer

3 - Divisão da Filosofia. A lógica, seu objetivo, importância e divisão.

4 - Pedagogia, Didática e Metodologia

- Introdução
- Pedagógica
 - Considerações gerais
 - divisão
 - importância para a Educação Física.

Resumo das diferenças fundamentais entre Pedagogia, Didática e Metodologia.

5 - Método Francês

- Análise geral da 1ª parte do Método Francês
- A Educação Física elementar ou pré-pubertária



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

- A Educação Física Secundária pubertária ou pos-pubertária.
- A Educação Física superior - desportiva ou atlética.
- A Educação Física feminina
- Adaptações profissionais
- Ginástica de conservação para idade madura.
- Bases Pedagógicas
- Formas de trabalho preconizadas pelo método Francês.
- Características da Lição de Educação Física.

Goiânia, março de 1.974.

Maria Helena Rodrigues Pinheiro
Diretora da Escola Superior de
Educação Física de Goiás — ESEFEGO



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFE GO

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE ATLETISMO

TURMA = M/1 - 1.963

PROFESSOR: - Sérgio Giansante

I - OBJETIVOS

- 1 - Aprimorar as características básicas do homem (saltar, correr e lançar).
- 2 - Dar base para a prática de outros esportes (pré-requisito).
- 3 - Desenvolver a força e a resistência.
- 4 - Dar habilidade e destreza nos elementos fundamentais de cada modalidade.
- 5 - Técnica de execução e performance.
- 6 - Desenvolver o espírito de pesquisa.
- 7 - Desenvolver o espírito de competição.
- 8 - Desenvolver a capacidade retransmissão.
- 9 - Informação e conhecimento.
- 10 - Ideias e atitudes,

II - ESCALÃO DAS AULAS

- 1 - Aulas de 2ª e 5ª feira, no período matutino.
- 2 - Aulas práticas e teóricas.

Março - 14 aulas

Atletismo

Histórico

Exposição da Matéria

1 aula teórica

100 metros rasos

5 aulas práticas

- 1 - Partida - generalidades.
- 2 - Partida e respiração
- 3 - passada - inclinação tronco - rprocessos pedagógicos e educativos
- 4 - Processos pedagógicos, o educativo - treinamento.
- 5 - a prova (técnica e tempo).



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

1 aula teórica: regulamentação e organização da prova.

200 metros rasos

2 aulas práticas

- 1 - Consideração, partida - passada - respiração e percurso
- 2 - a prova (técnica e tempo).

400 metros rasos

3 aulas práticas

- 1 - considerações sobre a prova - "o técnico" e o "mínimo" passada - inclinação respiração.
- 2 - treinamento (tipos) - passada - percurso processos pedagógicos e educativos.
- 3 - a prova (técnica) e (tempo)

2 aulas teóricas - escalonamento e organização da prova técnica da prova.

ABRIL - 12 aulas

Revesamento 4 X 100 m.

4 aulas práticas:

- 1 - Considerações - processos de passagem do bastão zona de transmissão - zona de compensação - disposição na pista
- 2 - treinamento dos processos de passagem.
- 3 - processos pedagógicos e educativos - treinamento da prova.
- 4 - a prova (técnica e tempo).

1 aula teórica: - requisitos para cada corredor (tática) escalonamento - regulamentação.

Revesamento 4 X 400 -

2 aulas práticas: -

- 1 - passagem visual - processos pedagógicos processos de treinamento.
- 2 - a prova (técnica e tempo).

1 aula teórica: -

- 1 - escalonamento da prova 4 X 400 - considerações sobre as provas de meio fundo.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

800 m e 1.500 m rasos: -

4 aulas práticas: -

- 1 - Considerações - partida - passada - inclinação do tronco - respiração.
- 2 - processos de treinamento.
- 3 - a prova (800 m) técnica e tempo.
- 4 - a prova (1.500m) técnica e tempo.

MAIO - 11 aulas

3.000 e 5.000 m rasos -

4 aulas práticas: -

- 1 - Considerações sobre as corridas de fundo - interval traing "para condição física" resistência.
- 2 - processos de treinamentos ("circuit traing", interval "traing", cross country").
- 3 - trabalho de musculação.
- 4 - a prova de 5.000 m (tempo).

1 aula teórica: generalidades - regulamentação. -

Salto em altura: -

5 aulas práticas: -

- 1 - estilo tesoura.
- 2 - estilo rã e rôlo.
- 3 - estilo rã e rôlo.
- 4 - processos pedagógicos e educativos.
- 5 - a prova (técnica).

1 aula teórica - fases - regulamentação - medidas.

JUNHO - 12 aulas

Salto em distância

5 aulas práticas: -

- 1 - considerações - tirar a marca (processos) - estilo grupado.
- 2 - estilo grupado com entrada de quadril.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

3 - estilo tesourado.

4 - estilo tesourado - com entrada de quadril.

5 - a prova (técnica e competição).

7 aulas teóricas - regulamentação de toda a matéria - complementação.

Goiânia, março de 1.974.

aab/74.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE ATLETISMO

1º ANO - 1.963,

2º ANO - 1.964 e

3º ANO - 1.965

PROFESSOR: - Sérgio Giansante

OBJETIVOS: - Dar conhecimento prático e teórico aos alunos da escola para transmitirem as várias modalidades de atletismo no meio estudantil.

1º Ano : - Colocar os alunos em contato com as modalidades do atletismo.

2º Ano : - Execução técnica de todas as modalidades, à par, da regulamentação da prova, prática de competição e orientação das mesmas.

3º Ano : - "Performance" de execução, prática de orientação de competição, prática de direção de aula.

CORRIDAS - 1º Ano - 1.963

Nº de aulas -

4	VELOCIDADE INTENSA RASAS. 100 - 200
2	VELOCIDADE PROLONGADA 400
2	MEIO FUNDO 800 - 1.500
1	FUNDO 5.000 a 10.000
5	CORRIDAS COM OBSTÁCULOS 100 - 200 - 110 - 400 com barreiras
4	REVESAMENTO 4 X 100 - 4 X 400



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFE GO

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

Cada prova de corrida citada acima terá sua regulamentação, técnica de saída, respiração, percurso e chegada e ainda processos simples de treinamento.

SALTOS - 2º Ano - 1.964

Nº de aulas:

5	ALTURA
	Tezoura simples - rolo
3	EM EXTENSÃO
	Grupado e tesourado
3	TRÍPLO
4	VARA

Serão dadas as fases de cada salto, processos pedagógicos e de treinamento. Regulamentação de cada prova.

ARREMESSOS - 3º Ano - 1.965

Nº de aulas:

4	PESO
	técnica ortodoxa e "Parry O'brien"
5	DISCO
	Giro de levolta e 1 quarto e 1 volta e meia
5	DARDO
2	MARTELO

Serão dadas as forças que atuam e as técnicas correspondentes.

Goiania, março de 1.974.



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE VOLIBOL

1º ANO - 1.963

PROFESSOR: - Ribas Botelho de Campos

OBJETIVO:

Fazer com que o aluno adquira recursos, para aplicar o Volibol nos programas de Educação Física.

Dar ao aluno conhecimento suficiente para tornar-se um docente capaz de utilizar-se do Volibol, como meio de Educação.

Dar ao aluno conhecimento prático-teórico e técnico, para que ele possa utilizar-se do Volibol como meio de Recreação e competitivo.

1º ANO

1ª PARTE :

I - HISTÓRICO DO VOLIBOL :

- a - Origem
- b - Problemas da época
- c - Apresentação do jogo
- d - As primeiras regras
- e - A difusão do jogo

II - EVOLUÇÃO DO VOLIBOL NO BRASIL

III - VALOR EDUCACIONAL DO VOLIBOL

2ª PARTE :

TÉCNICA INDIVIDUAL:

- a - Posições Básicas: Alta, Média e Baixa - Considerações gerais.
- b - Passe e Levantamento: Lateral, Levantamento c/ salto, Levantamento c/ uma mão - Considerações gerais.
- c - Defesa Baixa
- d - Defesa Alta



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

- e - Saque: Por baixo, Tipo tênis, Balanceado ou Americano.
- f - Cortada - Considerações Gerais - Tipos: Tenis, Gancho, Costas.
- g - Bloqueio - Considerações Gerais: - Tipos:- Simples, Duplo, Triplo
- h - Fintas: De gestos, de Deslocamentos.

3ª PARTE :

- a - Regras Fundamentais do jogo
- b - Primeiras táticas de ataque
- c - Primeiras táticas de defesa
- d - Assimilação do jogo em conjunto.

Número de aulas previstas - 75 aulas

1ª Parte - 4 aulas

2ª Parte - 61 aulas

3ª Parte - 10 aulas.

Goiânia, março de 1.974.

Con
Dispensado do Voleibol I e II
Maira Aparecida Paschal



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFE GO

Av. Anhangüera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE BASQUETEBOL

1º ANO - 1.963

PROFESSOR: - Carlos Ribeiro do Nascimento

OBJETIVOS: -

Dar conhecimentos técnicos dos fundamentos e do jogo de Basquetebol.

ASSUNTOS A MINISTRAR: -

- 01 - Histórico do Basquetebol;
- 02 - Empunhadura e recebimento de bola;
- 03 - Domínio de bola;
- 04 - Passe de peito;
- 05 - Passe de peito picado;
- 06 - Passe com duas mãos sobre a cabeça;
- 07 - Passe tipo basebol;
- 08 - Passe balanceado;
- 09 - Passe gancho;
- 10 - Passe especiais;
- 11 - Arremesso de peito;
- 12 - Arremesso com uma mão;
- 13 - Arremesso gancho;
- 14 - Arremesso com duas mãos sobre a cabeça;
- 15 - Arremesso Jump;
- 16 - Arremesso bandeja direita e esquerda;
- 17 - Arremesso lance livre;
- 18 - Manejo do corpo - cortadas - mudanças de passo e direção - paradas bruscas;
- 19 - Drible;
- 20 - Posição de guarda;
- 21 - Giros;



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA - GOIÁS

- 22 - Rebotes;
- 23 - Bola ao alto;
- 24 - Fintas;
- 25 - Teoria sobre os fundamentos;

Goiânia, março de 1.974.

aab/74,



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — ESEFEGO

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA — GOIÁS

PLANO DE CURSO DE JUDÔ

2º ANO - 1.964 e

3º ANO - 1.965

PROFESSOR: - JAIR BONIFÁCIO DO VALE

DIVISÃO DA MATÉRIA

UNIDADES

Nº AULAS

Palestra e vestimento para prática de judô.	Introdução	1
Queda para trás, queda lateral e queda para frente	Quedas e rolamento	6
Pegada natural direita e esquerda e / pegada nas duas golas.	Pegadas	1
Posição natural, posição natural direita e esquerda e posição defensiva e esquerda e os pés paralelos.	Posições fundamentais	1
Deslocamento no sentido frontal e lateral.	Movimentação dos pés no Tatami	1
No sentido frontal direita e esquerda e bem para frente. No sentido lateral direita e esquerda. Desequilíbrio para trás pelo lado direito e pelo lado esquerdo e bem atrás.	Processo de desequilíbrio o <u>ad</u> <u>versário</u> nos vários sentidos.	1
Técnica de braço, de quadril e de perna. Técnica de deitado por cima e pelo lado.	Execução de técnica de projeção	10
Imobilização, enforcamento e chaves - de braço.	Execução da técnica de chão	10
Variações de golpes.	Combinação de golpes	8



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GOIÁS — E S E F E G O

Av. Anhanguera, 1.420 - Vila Nova - Fone 6-3550

Criada pela Lei n. 4.640 de 08/10/63

Reconhecida pelo Decreto n.º 64.139 de 27/02/69 - D. O. n.º 41 de 03/03/69

GOIÂNIA - GOIÁS

Contra-golpe para a técnica de braço, a técnica de quadril e de perna.	Contra-golpes	8
Dimensão de área de competição, desen- volvimento de corte, a duração de tem- po, os termos usados na competição, - os elementos de arbitragem e os demais elementos, contagem (decisão), ações- proibidas, penalidades, etc...	Regras.	5
	Graduação de faixas pretas e clas- ses, classificação do peso juve- nil, adulto.	2
Educativo de quedas e rolamento, en- trada, treinamento combinado, treina- mento em forma de competição e o tra- balho de arbitragem.	Prática.	10

Goiânia, março de 1.974.

CARMEN LUCIA ACURSIO

CADEIRAS	1º ESTAGIO	1º P. PARCIAL	2º ESTAGIO	2º P. PARCIAL	MEDIA P/ MATURNA	ORAL OBS.
Cinesiologia	7,6	10,0	7,6	7,75	8,23	
Ofetablogia	8,0	9,5	10,0	7,50	8,75	
Ofetodologia	8,0	9,0	8,00	8,00	8,25	
nataçao	6,2	7,6	7,80	7,20	7,20	
Esguima	7,625	9,1	9,75	9,80	9,04	
Basketball	9,25	8,4	8,00	8,00	8,41	
Voleibol	9,0	9,3	10,0	9,20	9,37	
Ginias	8,0	5,2	8,50	8,80	7,62	
Atletismo	8,5	9,5	9,00	10,0	9,25	
Ed. Fisica Geral	8,5	9,5	9,00	9,50	9,12	
Ginastica Ritmica	8,0	9,75	7,25	9,00	8,50	
Oficia	8,06	8,80	8,63	8,65	8,57	
Classificacao		5%		4%	6%	

CLEUSA MACHADO MENDONÇA

Cinesiologia	10,0	9,0	10,0	6,25	8,87	
Ofetablogia	7,6	9,5	10,0	7,00	8,52	
Ofetodologia	8,6	6,0	8,00	7,00	7,40	
nataçao	7,3	7,8	8,00	6,00	7,27	
Esguima	6,875	8,5	8,50	9,00	8,22	
Basketball	8,75	7,4	6,60	8,00	7,68	
Voleibol	8,0	9,3	9,50	9,50	9,07	
Ginias	7,5	9,0	8,00	8,50	8,21	
Atletismo	7,0	8,5	7,00	6,50	7,25	
Ed. Fisica Geral	7,0	9,0	9,00	8,50	8,37	
Ginastica Ritmica	8,0	9,25	8,25	9,75	8,81	
Oficia	7,82	8,47	8,44	7,90	8,18	
Classificacao		9%		10%	8%	

EGLÉS RODRIGUES NUNES

2

MATERIAS	1º ESTÁGIO	1º P. PARCIAL	2º ESTÁGIO	2º P. PARCIAL	MÉDIAS PARALELAS	ORAL
Cinesiologia	10,0	7,5	10,0	5,50	8,25	
Metabolologia	8,0	9,6	10,0	7,50	8,77	
Metodologia	8,0	8,0	7,00	7,00	7,50	
Natação	5,6	7,8	7,60	7,10	7,02	
Esgrima	5,875	7,0	9,00	7,00	7,22	
Basketball	8,25	8,4	7,00	7,50	7,78	
Voleibol	7,0	9,3	8,50	7,20	8,00	
Beis	6,0	5,0	8,00	8,00	7,37	8,00
Atletismo	7,25	8,5	8,00	8,50	8,06	
Ed. Física Geral	6,0	8,5	8,00	8,50	7,75	
Ginástica Rítmica	7,5	9,0	7,00	5,50	7,25	
Média	7,22	8,05	8,19	7,30	7,77	
Classificação		12º		12º	14º	

ENYDE ALDINA NOGUEIRA

Cinesiologia	10,0	10,0	10,0	4,50	8,62	
Metabolologia	9,0	10,0	10,0	10,0	9,75	
Metodologia	10,0	7,0	8,00	8,00	8,25	
Natação	6,6	9,0	8,00	9,10	8,17	
Esgrima	6,875	9,0	9,50	10,0	8,85	
Basketball	7,75	8,0	6,30	9,00	7,76	
Voleibol	8,0	9,8	9,50	9,00	9,07	
Beis	7,0	10,0	8,50	9,50	8,75	
Atletismo	7,5	9,5	8,00	8,80	8,45	
Ed. Física. Geral	7,0	7,5	9,00	10,0	8,37	
P. Educacional	8,0	9,5	7,25	10,0	8,68	
Média	7,97	9,02	8,55	8,90	8,69	
Classificação		4º		3º	4º	

SINDIVAL PEREIRA DO NASCIMENTO¹⁹

MATÉRIAS	1º ESTÁGIO	1º P. PARCIAL	2º ESTÁGIO	EX. FINAL 2º P. PARCIAL	FALTAS 1º SEMESTRE	
Cinesiologia	6,4	8,0	6,40	5,50	6,00	6,29
afetabologia	um	5,1	1,60	ZERO	5,00	2º chamada
afetodologia	ZERO	7,00	7,00	6,00	6,00	5,10
natação	6,3	3,5	7,60	5,00	5,00	5,30
Judô	4,0	5,0	7,00	9,50	8,00	7,18
Esgrima	7,20	1,5	9,75	8,30	7,50	7,09
Futebol de Campo	7,25	5,75	7,50	5,70	6,50	6,53
Futebol de Salão	3,75	7,0	6,70	7,60	6,00	6,12
Basketball	7,25	5,9	7,80	7,00	7,50	7,24
Voleibol	7,0	7,0	8,50	8,50		7,75
Atletismo	7,5	7,0	7,00	5,50	5,00	5,89
Ed. Física Geral	6,0	5,0	8,00	4,50	6,50	6,18
Média	5,30	5,64	7,08	6,12		6,36
Classificação		19%				

WILLIAM DE JESUS BRAUNO

Cinesiologia	7,6	7,0	7,60	9,25		7,84
afetabologia	6,4	2,0	9,40	5,00	7,00	6,35
afetodologia	7,0	4,0	9,00	5,00	5,00	5,63
natação	7,0	5,2	8,00	6,30	5,50	6,04
Judô	4,0	7,0	7,00	10,0	9,00	7,63
Esgrima	6,75	ZERO	9,25	8,40	6,00	6,05
Futebol de Campo	7,0	8,0	7,50	6,90		7,35
Futebol de Salão	3,75	9,75	6,00	7,50	7,00	6,88
Basketball	7,25	6,1	5,90	7,50	7,50	7,41
Voleibol	7,0	6,0	7,50	6,50	7,00	6,88
Atletismo	7,5	6,0	5,00	8,00	7,00	6,89
Ed. Física Geral	8,0	6,5	8,00	5,00	7,50	7,20
Média	6,60	5,37	7,35	7,14		7,06
Classificação		21%		12%		12%

1º Ano

DELZA BRANDÃO

21

MATERIAS	ORAL					2º
	1º ESTAGIO	1º P. PARCIAL	2º ESTAGIO	EX. FINAL 2º P. PARCIAL	FALTAS P. SIMILAR	
Anatomia Humana	5,5	3,0	3,00	3,00	5,00	3,52
Fisioterapia	7,5	3,0	4,00	5,50	3,00	7,2
Fisiologia	7,0	4,0	8,80	9,00	-	7,20
Higiene aplicada	6,0	5,0	4,00	5,50	5,50	5,16
Metodologia	8,0	6,5	8,00	7,00	1	7,12
Natação	6,5	4,50	6,80	7,20	6,00	6,13
Basketball	7,75	5,25	6,00	5,00	6,50	6,25
Voleibol	7,0	2,2	6,50	7,30	8,50	7,42
Gênis	6,5	4,5	7,50	5,00	7,00	6,43
Atletismo	6,5	6,50	9,00	8,50	-	7,37
Ed. Física Geral	3,0	4,0	5,00	8,00	5,00	5,00
P. Educacional	6,5	3,0	5,50	5,00	4,00	6,00
Média	6,47	4,07	6,23	6,37	-	6,26
Classificação	9º					

LOISA MARTINS FERREIRA

Anatomia	9,0	9,5			1	
Fisioterapia	9,5	5,5			1	
Fisiologia	9,0	8,0			-	
Higiene	6,5	7,0			2	
Metodologia	10,0	8,0			-	
Natação	6,0	9,0			1	
Basketball	9,0	8,0			1	
Voleibol	9,0	8,7			3	
Gênis	8,0	8,0			1	
Atletismo	8,0	7,5			3	
Ed. Física Geral	8,0	9,0			2	
P. Educacional	10,0	9,5			5	
Média	8,50	8,14				
Classificação						

22

LIMA PASSOS ALENCASTRO VEIGA

MATÉRIAS	1º ESTÁGIO	2º ESTÁGIO	3º ESTÁGIO	4º ESTÁGIO	FALTAS	
	P. PARCIAL	P. PARCIAL	P. PARCIAL	P. PARCIAL	1º SEMESTRE	
Anatomia	9,0	ZERO	6,00	6,00	8,50	6,75
Fisioterapia	9,5	4,5	7,00	9,00		8,25
Fisiologia	9,5	9,0	10,0	9,00		9,37
Higiene	4,5	7,0	10,0	10,0		8,62
Metodologia	10,0	9,0	9,00	7,00		8,75
Natação	5,7	8,0	7,90	8,20		7,45
Basketball	7,5	7,75	7,00	9,00		7,81
Voleibol	7,0	9,5	7,50	9,00		8,25
Gênis	6,0	5,5	8,00	8,00	7,50	7,38
Atletismo	7,0	6,5	8,00	6,00		6,91
Ed. Física Geral	9,0	9,0	5,50	9,00		8,12
P. Educacional	9,0	9,75	7,00	9,50		8,81
Média	7,77	7,38	7,74	8,40		8,05
Classificação		4º		2º		1º

JOLANDA MACHADO NOGUEIRA

Anatomia	ZERO	ZERO	4,50	-	6	
Fisioterapia	4,5	ZERO	5,00		7	
Fisiologia	ZERO	ZERO			9	
Higiene	6,5	ZERO			7	
Metodologia	ZERO	ZERO	-		2	
Natação	6,7	7,4	8,80		9	
Basketball	6,50	8,0	6,50		8	
Voleibol	5,0	5,0	6,00		21	
Gênis	ZERO	6,5	6,50		10	
Atletismo	6,75	ZERO	7,00		14	
Ed. Física Geral	2,0	4,0	5,50		17	
P. Educacional	ZERO	ZERO	6,00		18	
Média	3,16	2,57				
Classificação		10º				

Antonio Luiz AZEREDO

28

MATÉRIAS	1º ESTÁGIO 1ª P. PARCIAL 2º ESTÁGIO EX. FINAL	FALTAS 1º semestre
Anatomia	ZERO	6
Fisioterapia	3,5	9
Fisiologia	ZERO	9
Higiene	ZERO	8
Metodologia	ZERO	3
Natação	5,0	11
Box	6,0	2
Futebol de Campo	5,25	4
Futebol de Salão	ZERO	2
Basketball	3,0	6
Voleibol	6,5	8
Walterfilismo	8,0	4
Atletismo	6,0	9
Ed. Física Geral	4,0	10
Atletismo classificação		

CHRISPIM FRANCISCO DE JESUS

29

MATERIAS	1º ESTÁGIO	2º P. PARCIAL	2º ESTÁGIO	Ex. Final 2º P. PARCIAL	FALTAS 1º semestre
Anatomia	ZERO	ZERO			8
Fisioterapia	4,5	3,0			8
fisiologia	5,5	ZERO			9
higiene	ZERO	5,5			6
metodologia	ZERO	ZERO			4
natação	ZERO	2,6			8
Box	ZERO	5,5			4
Futebol de Campo	ZERO	8,25			9
Futebol de Salão	0,50	3,25			4
Basket ball	4,25	4,25			8
Voleibol	6,5	6,0			14
balneofilia	6,0	8,0			11
Atletismo	5,0	7,5			8
Ed. Física Geral	ZERO	7,0			11
média	2,30	4,34			
classificação		9%			

afaria Helena Pequira

MATERIAS	1ª		2ª		EXAME ORAL	2ª ÉPOCA	MÉDIA GERAL
	ESTÁGIO	P. PARCIAL	ESTÁGIO	P. PARCIAL			
Biometria	9,0	9,0	9,5	8,0			8,87
H. e Organização	9,5	6,0	9,5	10			8,75
Metodologia	8,0	8,0	10	9,0			8,75
Psicologia	8,0	7,2	9,0	8,5			8,17
Natação	7,6	5,5	6,5	9,0			7,15
Basquetebol	8	8,2	7,5	8,2			7,97
Voleibol	9,2	9,2	10	10			9,60
Terapia Psicologia				10			10,0
P. de Aparentos							
Ed. Ps. Prof.	8,2	8,2	7,66	7,83			7,97
Atletismo	7,5	9,5	7,6	8,0			8,15
média Classificação	8,36	7,92	8,58	8,85			8,53

afaria Lucy Ferreira

Biometria	9,0	7,0	9,0	9,5			8,62
H. e Organização	8,0	7,0	8,0	10			8,25
Metodologia	8,0	9,0	10	9,0			9,00
Psicologia	6,0	8,0	8,5	8,0			7,62
Natação	6,0	7,8	5,5	8,0	7,5		7,16
Basquetebol	7,5	8,5	7,5	7,5			7,75
Voleibol	8,0	6,3	10	8,2			8,12
Terapia Psicologia				10			10,0
P. de Aparentos							
Ed. Ps. Prof.	6,7	6,2	7,33	5,66	9,0		7,73
Atletismo	8,0	8,25	6,6	7,0			7,46
média Classificação	7,52	7,56	8,04	8,28			8,17

Antonio Also F. Penseira

2770
 7.5 3, 648
 8.6 8.7
 4.0
 20.1
 10.0

MATERIAS.	1º ESTAGIO	2º P. PARCIAL	2º ESTAGIO	2º P. PARCIAL	EXAME ORAL	2º EPOCA	MEDIA GERAL
Biometria	8,5	5,5	6,5	9,5			7,50
H. e Organização	8,0	6,0	8,0	9,0			7,75
Metodologia	6,0	6,9	10	10,			8,22
Psicologia	7,5	8,6	4,0	7,5	5,0		5,10
Natação	5,0	6,2	6,7	7,0	5,0		5,61
Solibal	5,0	4,5	9,5	6,5			7,12
Teoria	7,0	7,0					
Basquete							
P. de Aparatos	4,5	4,5	7,0	8,0	10,0		8,00
Ed. Ps. Geral	8,0	7,0	5,0	7,0	7,5		7,12
Atletismo	7,5	7,0	6,0	6,0	8,0		7,31
Esgrima	9,0	9,0					
P. de Psicologia					8,0		8,00
Teoria e Pratica							
Judo	8,0	9,0	9,0	9,75			8,93
Fut. de Salão	5,3	6,3	7,0	8,50	5,0		5,95
Fut. de Campo	2,0	4,8	8,0	7,5	7,5		6,53
esquia	6,54	6,88	7,22	8,01			7,16

5.0
 7.5
 9.5
 6.5
 28.5

Jarisonia de G. Peres

MATERIAS	1º ESTAGIO	2º ESTAGIO	3º ESTAGIO	4º ESTAGIO	EXAME ORAL	MEDIA GERAL
Cinesiologia	7,0	3,5	7,0	6,5	8,0	7,00
Exercicios	6,0	9,0	8,0	8,0		7,75
Metodologia	9,0	6,0	4,0	7,0		8,00
Natação	5,5	10	4,5	5,5	7,0	6,68
Voleibol	6,2	9,0	7,0	7,6		7,45
Basquetebol	6,0	6,5	7,5	7,5	7,5	7,18
Giinasio	6,0	6,5	7,0	6,5	8,0	7,25
Esgrima	7,00	9,5	8,0	6,70		7,92
Atletismo	6,0	10	6,5	7,50		7,50
Ed. Fis. Geral	7,0	9,2	6,9	7,0		7,52
Oficina	6,62	7,90	7,24	6,98		7,42

Josely Alencastro Teixeira

Cinesiologia						
Exercicios						
Metodologia			10,0	10,0		
Natação	7,8		4,5	4,5		
Voleibol			7,5	7,5		
Basquetebol			1,5	1,5		
Giinasio				25,5		
Esgrima						
Atletismo						
Ed. Fis. Geral						
Oficina						